

Marrielle Maia

O fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino: Documento Técnico referente ao Produto 1 do Projeto CNE/UNESCO
914/BRZ1042.3 – Contrato AS-379/2017

12 de abril de 2017

CENÁRIO DOS CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS OFERTADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

Documento técnico referente ao Produto 1 do Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1042.3: *O fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino*

Autora e responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Marrielle Maia Alves Ferreira

Pesquisadoras e membros da equipe de Trabalho:
B.^{ela} Iara Guimarães e B.^{ela} Thaís Maria Delarisse

12 de abril de 2017

Sumário

Índice de Figuras e Tabelas.....	ii
1. Apresentação	1
2. Metodologia	1
3. A expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil	4
4. A oferta de cursos de Relações Internacionais por organização acadêmica.....	8
5. A distribuição dos cursos de Relações Internacionais no território nacional	10
6. Processos Seletivos, matrículas e alunos concluintes	18
7. Programas e cursos de pós-graduação <i>strito sensu</i> em Relações Internacionais.....	19
8. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Relações Internacionais.....	24
10. Desempenho dos cursos nas avaliações externas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	35
11. Resultado da Análise dos conteúdos contemplados nos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Relações Internacionais e Considerações	42
12. Considerações a título de conclusão.....	59
13. Referências	60
ANEXOS:	63

Índice de Figuras e Tabelas

Figuras

Figura 1. Gráfico da expansão da oferta de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 a 2016.	5
Figura 2. Gráfico da expansão da oferta de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 a 2016 por categoria administrativa.	6
Figura 3. Gráfico comparativo da distribuição dos cursos de Relações Internacionais por Categoria e Organização Acadêmica.	10
Figura 4. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Regiões do Brasil....	11
Figura 5. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Sudeste por Estado da Federação.	11
Figura 6. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Sul por Estado da Federação.	11
Figura 7. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Centro Oeste por Estado da Federação.	11
Figura 8. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Nordeste por Estado da Federação.	11
Figura 9. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Norte por Estado da Federação.	11
Figura 10. Gráfico com a proporção dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Relações Internacionais criados entre os anos de 1974 e 2016.	19
Figura 11. Gráfico da proporção de cursos de graduação em relação aos mestrados e doutorados criados entre os anos de 1974 e 2016.	23
Figura 12. Distribuição do número de vagas autorizadas por Região.	33
Figura 13. Gráfico da distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE 2009.	40
Figura 14. Gráfico da distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE 2012.	40

Figura 15. Gráfico da distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE 2015.....	41
Figura 16. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos introdutórios do estudo das Relações Internacionais.	43
Figura 17. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos das teorias das Relações Internacionais.....	43
Figura 18. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Segurança e Estratégia.	44
Figura 19. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Ciência Política.....	44
Figura 20. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Análise de Política Externa.	44
Figura 21. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Política Externa Brasileira.	44
Figura 22. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Economia Política Internacional.....	44
Figura 23. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Instituições Internacionais.	44
Figura 24. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de História das Relações Internacionais.	45
Figura 25. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de História das Relações Internacionais do Brasil.	45
Figura 26. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Direitos Humanos.	52
Figura 27. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Educação Ambiental.....	52
Figura 28. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais.	52
Figura 29. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que consideram o Trabalho de Conclusão de Curso obrigatório.	53

Figura 30. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos da Metodologia Científica.	53
Figura 31. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem Atividades Laboratoriais.....	54
Figura 32. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos referentes a Projetos de Cooperação Técnica.	54
Figura 33. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que possuem previsão para Atividades de Estágio.....	55
Figura 34. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que preveem Atividades Laboratoriais.....	57
Figura 35. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que preveem atividades de Extensão.....	57

Tabelas

Tabela 1. Distribuição dos Cursos de Relações Internacionais por ano de criação e categoria administrativa.....	7
Tabela 2. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Região/UF por organização administrativa.....	8
Tabela 3. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo a organização acadêmica e categoria administrativa.	9
Tabela 4. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Unidades da Federação por categoria administrativa.....	12
Tabela 5. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nos diferentes tipos de cidades por categoria administrativa.	17
Tabela 6. Distribuição dos cursos de Mestrado e Doutorado em Relações Internacionais por Região/Unidade Federativa.	20
Tabela 7. Distribuição dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> por Região/Unidade Federativa.	21
Tabela 8. Comparação dos conteúdos previstos em documentos orientadores.	25

Tabela 9. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais por faixas de carga horária segundo o extrato do EMEC.....	34
Tabela 10. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais por faixas de carga horária segundo o Projeto Pedagógico do Curso.....	34
Tabela 11. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito Preliminar de Curso (CPC) no ano de 2015 por Região/Unidade da Federação.	35
Tabela 12. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito Preliminar de Curso (CPC) por categoria administrativa.	38
Tabela 13. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito de Curso (CC) no ano de 2015 por Região/Unidade da Federação.....	38
Tabela 14. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito de Curso (CC) por categoria administrativa.....	39
Tabela 15. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE de 2015 por Região/Unidade da Federação.	41
Tabela 16. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE de 2015 por Região/Unidade da Federação por categoria administrativa. .	42
Tabela 17. Distribuição dos Cursos de Relações Internacionais de acordo com o percentual da carga horária total dedicada aos conteúdos do eixo estrutural de formação.	45
Tabela 18. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com o percentual da carga horária total dedicada aos conteúdos do eixo estrutural de formação por tipo de cidade.	46
Tabela 19. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho no ENADE 2015 por faixas do percentual da carga horária total dedicadas aos conteúdos do eixo estrutural de formação.	47
Tabela 20. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com as faixas de carga horária dedicadas ao eixo estruturante por organização administrativa.....	47
Tabela 21. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com as faixas de carga horária dedicadas ao eixo estruturante por categoria administrativa.	48

Tabela 22. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais em faixas de % carga horária de conteúdos do eixo interdisciplinar.....	48
Tabela 23. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme vertente ou linha de formação específica especificada no Projeto Pedagógico.	50
Tabela 24. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com a previsão do estágio supervisionado nos projetos pedagógicos por Região/Unidade da Federação.	55
Tabela 25. Distribuição dos Projetos Políticos Pedagógicos por Região/Estado/Status da Instituição e Conteúdos do eixo de formação estruturante	63
Tabela 26. Distribuição dos Projetos Políticos Pedagógicos por Região/Estado/Status da Instituição e Conteúdos do eixo interdisciplinar.....	69
Tabela 27. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais por Região/Estado/Cidade/Característica da Cidade/Zona de Fronteira/Cidade Litorânea/Capital e Vocação declarada nos projetos pedagógicos.....	76

1. Apresentação

O Conselho Nacional de Educação em parceria com a UNESCO estabeleceu o Projeto CNE/UNESCO nº 914BRZ1042.3 com vistas ao “*fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino.*”

O referido Projeto prevê, dentre os resultados esperados, a promoção de estudos no âmbito do Conselho Nacional de Educação para a revisão de normas e a proposição de reflexões que facilitem a indução de políticas educacionais. Também promove a realização de pesquisas com o objetivo de subsidiar discussões e debates sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior no Brasil.

Nesse contexto, este documento técnico responde à demanda do Conselho Nacional de Educação de conhecer o cenário dos cursos de Relações Internacionais com o objetivo de subsidiar as políticas para o desenvolvimento do campo de estudos no Brasil.

De acordo com o termo de referência 07/2016 será apresentado o levantamento, análise e sistematização de dados sobre as formas de organização curricular, carga horária e a distribuição dos cursos no território brasileiro, distinguindo as características dos cursos oferecidos em instituições públicas e privadas e a sua interação com a sociedade brasileira.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa empírico-analítica com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos fins considera-se o estudo descritivo, pois tem como escopo a análise do perfil dos cursos de Relações Internacionais do Brasil.

Para traçar o perfil da oferta de cursos foram criados dois bancos de dados com informações oficiais da plataforma EMEC que reúne os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de ensino superior no Brasil. Foram identificados 155 cursos dos quais 151 estão em funcionamento e 4 estão em processo de extinção.

O primeiro banco de dados reúne os elementos que permitem identificar a distribuição dos cursos em funcionamento no território brasileiro, o tempo de oferta e a caracterização das Instituições de Ensino Superior. Essas informações foram organizadas em categorias conforme descrição abaixo:

(a) código do curso: número atribuído pelo Ministério de Educação para acompanhar os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos;

(b) instituição de ensino: nome da Instituição de Ensino Superior que oferece o Curso;

(c) categoria administrativa da instituição de ensino superior: informa se o curso é oferecido em instituição de ensino superior pública federal, pública estadual, privada com finalidade lucrativa ou privada sem finalidade lucrativa;

(d) tipo de organização acadêmica: informa se o curso é oferecido em Universidade, Centro Universitário ou Faculdade;

(e) localidade da oferta do Curso (região): identifica a região do estado da federação brasileiro onde o curso é ofertado;

(f) localidade de oferta do curso (Estado): identifica o estado da federação onde o curso é ofertado;

(g) localidade de oferta do curso (cidade): informa o nome da cidade onde o curso é ofertado

(h) localidade de oferta do curso (tipo de cidade): informa se a cidade que oferta o curso é capital federal, capital de estado federado, cidade central de região metropolitana (exceto capitais), cidade do interior (exceto cidades em regiões metropolitanas ou administrativas do Distrito Federal), cidade que está em região administrativa do Distrito Federal ou cidade que está em região metropolitana (exceto cidade central);

(i) localidade de oferta do curso (zona de fronteira): informa se a cidade que oferece o curso está em região de fronteira do Brasil;

(j) localidade de oferta do curso (cidade litorânea): informa se a cidade que oferece o curso está em região litorânea;

(k) localidade de oferta do curso (porto): identifica se a cidade que oferece o curso possui porto marítimo, fluvial ou seco;

(l) data de início de oferta do curso;

(m) ano de início de oferta do curso;

(n) participação no Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior do ano de 2009– ENADE 2009;

(o) participação no Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior do ano de 2012 – ENADE 2012;

(p) participação no Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior do ano de 2015– ENADE 2015;

(q) desempenho no ENADE 2009 (notas de 1 a 5);

(r) desempenho no ENADE 2012 (notas de 1 a 5);

(s) desempenho na avaliação no ENADE 2015 (notas de 1 a 5);

(t) desempenho nas avaliações *in loco* (conceito de cursos com atribuição de notas de 1 a 5);

(u) desempenho nas avaliações *in loco* (conceito de curso com atribuição de notas de 1 a 5);

(v) conceito preliminar de curso (nota de desempenho que considera o ENADE e o conceito de curso - notas de 1 a 5);

O segundo banco de dados organiza as informações sobre o perfil dos cursos de Relações Internacionais traçados a partir da análise de 111 projetos pedagógicos dos cursos em funcionamento no Brasil e protocolados na plataforma EMEC entre os anos de 2007 (ano do registro mais antigo) a 2016.¹ Abaixo segue a descrição das categorias:

(a) organização curricular: informa se o curso é anual, semestral ou quadrimestral;

(b) modalidade de oferta: informa se o curso é presencial ou à distância número de vagas ofertadas;

(c) conteúdos do eixo de formação estruturante (identifica oferta de conteúdos específicos e cargas horárias);

¹ O sistema não permitiu acesso às informações dos Projetos Político Pedagógicos de 43 cursos. Optou-se pela não utilização de documentos conseguidos por outros meios com o objetivo de garantir o caráter oficial das informações descritas, bem como garantir que a versão do projeto analisada tem vigência entre os anos de 2007 (ano mais antigo registrado no protocolo do sistema) a 2016. Vale esclarecer que os documentos foram conseguidos por meio do Conselho Nacional de Educação uma vez que os projetos políticos pedagógicos ficam disponíveis em sistema intranet. Merece mencionar que a ideia inicial era a de utilizar os projetos pedagógicos mais recentes dos Cursos de Relações Internacionais. No entanto, a solicitação feita às Instituições de Ensino Superior não foram respondidas. Em contato telefônico, a maior parte das respostas foi a de que por ser um documento estratégico da Instituição de Ensino, o acesso ao documento é restrito aos alunos. Por essa razão buscamos a informação nos projetos pedagógicos cadastrados no sistema EMEC.

(d) conteúdos do eixo de formação interdisciplinar (identifica a oferta de conteúdos de outras áreas do conhecimento e cargas horárias);

(e) conteúdos do eixo de formação de atividade profissional (identifica a oferta de conteúdos em atividades laboratoriais);

(f) conteúdos do eixo de formação complementar (identifica a forma de regulamentação das atividades complementares);

(g) previsão de trabalho de conclusão de curso;

(h) regulamentação do estágio supervisionado;

(i) Previsão de conteúdos em extensão;

Os dados acima foram complementados com as estatísticas da Sinopse da Educação Superior publicada pelo INEP e dados da Plataforma Sucupira (que mantém registro atualizado das informações dos programas de pós-graduação oferecidos no Brasil). De posse das informações, realizou-se uma análise que busca estabelecer os paralelos entre as características descritivas com as variáveis do perfil dos cursos.

3. A expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil

Conforme o acima descrito, a pesquisa identificou na plataforma EMEC do Sistema Federal de Ensino 151 cursos de Relações Internacionais em atividade no período compreendido entre janeiro de 1974 e janeiro de 2017².

O primeiro bacharelado em Relações Internacionais foi criado no Brasil no ano de 1974 pela Universidade de Brasília. A proposta, baseada em modelos de cursos de outros países, tinha como objetivo formar profissionais que pudessem atuar no assessoramento de estruturas administrativas e na formulação de políticas públicas voltadas para a política externa no contexto dos processos de internacionalização do Brasil (Lessa, 2005, p.43). O segundo curso, por sua vez, foi ofertado no final da década de 1980, pela faculdade Estácio de Sá no Rio de Janeiro, entretanto sua abordagem era distinta e mais voltada aos aspectos do comércio exterior³.

No ano de 1995 foram iniciados os cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade Católica de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com perfis em sintonia com a proposta

² Cinco dos cursos estão em processo de extinção.

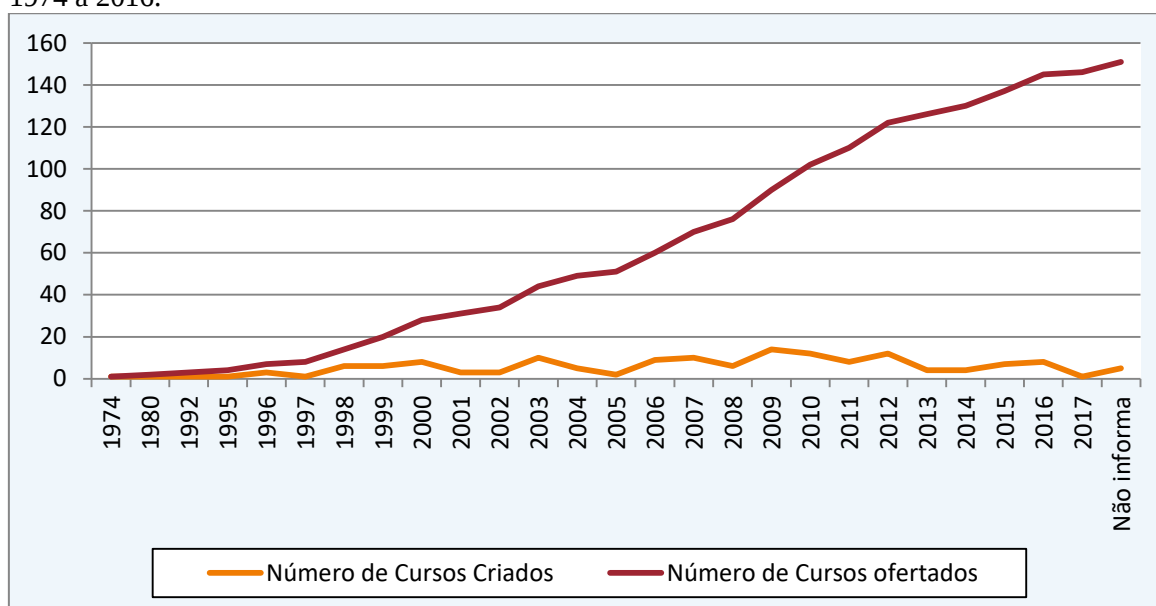
³ As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela expansão do ensino superior privado no Brasil, inicialmente pela criação de instituições de pequeno porte. Em 1980 o número de universidades privadas triplicou no Brasil (Martins, 2009, p. 15-35).

desenvolvida pela UnB no sentido de privilegiar os fundamentos multidisciplinares da área. O movimento de expansão iniciado na década de 1990 foi intensificado a partir do ano de 2003.

Com exceção da Universidade de Brasília que inaugurou a oferta do curso de Relações Internacionais no Brasil na década de 1970, as Instituições de Ensino Superior que conduziram a primeira fase de criação de graduações nesse campo de estudos foram privadas. Em 2002 a Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) passa a oferecer o curso de Relações Internacionais e é seguida pela abertura de cursos em instituições públicas incentivadas pela política educacional nacional para o ensino superior⁴.

A figura 1 mostra a expansão do número de cursos de Relações Internacionais em um movimento iniciado na década de 1990 e intensificado a partir do ano de 2003

Figura 1. Gráfico da expansão da oferta de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 a 2016.

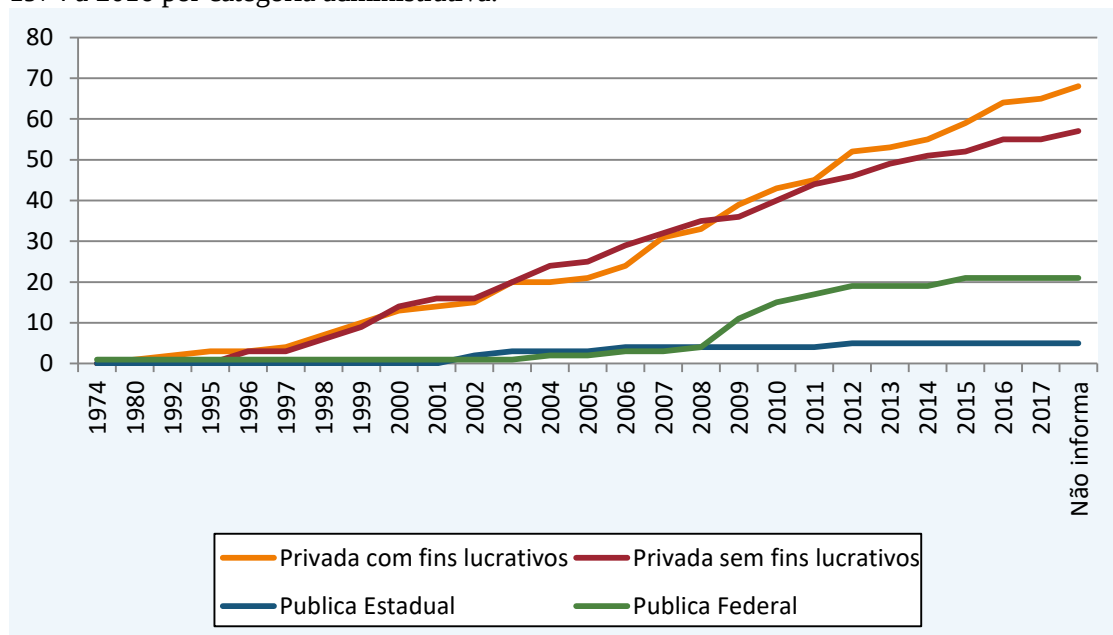


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

A figura 2, por sua vez, permite visualizar o crescimento da oferta de cursos por categoria administrativa (pública com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos, Pública Estadual e Pública Federal).

⁴ Cabe mencionar que as cinco Universidades Estaduais que passaram a oferecer cursos de Relações Internacionais, o fizeram em razão de seus planejamentos de expansão.

Figura 2. Gráfico da expansão da oferta de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 a 2016 por categoria administrativa.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Com efeito, a primeira onda de ampliação da oferta de cursos de Relações Internacionais na década de 1990 acompanhou uma tendência mais geral de aumento de cursos oferecidos em instituições privadas de ensino no âmbito das políticas do Conselho Nacional de Educação (instituído em 1995 pela Lei 9.131) e também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Segenreich e Castanheira, 2009). Também esteve atrelada às transformações da política nacional e internacional que gerou uma demanda por profissionais capazes de exercer atividades com interface internacional em organizações públicas e privadas⁵.

A outra onda de ampliação dos cursos de graduação no Brasil ocorreu entre os anos de 2003 e 2012. Nesse intervalo de tempo, a educação superior foi orientada pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) que fixou metas de aumento de investimentos no setor da educação para a democratização do acesso ao ensino superior⁶.

⁵ Conforme constatação de estudiosos da área, muitos dos cursos criados no período não guardavam relação com as especificidades da área e funcionavam com deficiências especialmente no que se refere ao corpo docente, uma vez que a oferta de docentes com formação específica era pequena (Miyamoto, 1999; Sato, 1999; Herz, 2002; Miyamoto, 2003; Vizentini, 2005).

⁶ Os cursos oferecidos em instituições privadas também foram incentivados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que concedeu bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior.

O incentivo para a oferta de cursos em Instituições privadas de ensino ocorreu também por meio de políticas de financiamento estudantil reembolsável (Fundo de Financiamento Estudantil – FIES) e não reembolsável (Programa Universidade para Todos - PROUNI). No âmbito da educação superior pública, o Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) permitiu a contratação de professores, melhoria das instalações físicas e a criação de novos cursos. Além disso, foram construídos novos campi interiorizando a educação superior⁷.

Mesmo com a ampliação de oferta de cursos em instituições públicas, constata-se que a maior parte dos cursos de Relações Internacionais é oferecida por instituições privadas de ensino (82,78%). Abaixo é possível observar o quadro da criação de cursos de Relações Internacionais no Brasil por categoria administrativa.

Tabela 1. Distribuição dos Cursos de Relações Internacionais por ano de criação e categoria administrativa

Ano de criação	Privada		Pública		Total
	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos	Estadual	Federal	Nº
1974	-	-	-	1	1
1980	1	-	-	-	1
1992	1	-	-	-	1
1995	1	-	-	-	1
1996	-	3	-	-	3
1997	1	-	-	-	1
1998	3	3	-	-	6
1999	3	3	-	-	6
2000	3	5	-	-	8
2001	1	2	-	-	3
2002	1	-	2	-	3
2003	5	4	1	-	10
2004	-	4	-	1	5
2005	1	1	-	-	2
2006	3	4	1	1	9
2007	7	3	-	-	10
2008	2	3	-	1	6

⁷ O REUNI também promoveu a criação de universidades voltadas à integração regional. Uma delas, a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) oferece um curso de Relações Internacionais. Foram criadas quatro universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que é a universidade da integração amazônica; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia. Sobre o tema da expansão dos cursos de Relações Internacionais nas Universidades Federais vale conferir o trabalho de Ferreira (2015).

2009	6	1	-	7	14
2010	4	4	-	4	12
2011	2	4	-	2	8
2012	7	2	1	2	12
2013	1	3	-	-	4
2014	2	2	-	-	4
2015	4	1	-	2	7
2016	5	3	-	-	8
2017	1	-	-	-	1
Não informa	3	2	-	-	5
Total Geral	68	57	5	21	151

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Não informa: o processo na plataforma EMEC não registrou o ano de criação do curso.

4. A oferta de cursos de Relações Internacionais por organização acadêmica

A pesquisa identificou também a oferta de cursos de Relações Internacionais levando em consideração a organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as universidades gozam de autonomia plena na criação de novos cursos e na política de vagas. Os Centros Universitários também não precisam de autorização do Ministério da Educação para criarem novos cursos. Já as Faculdades e Institutos Superiores, além de precisarem de autorização para a criação de cursos e oferta de vagas, o registro dos diplomas precisa ser feito em Universidades.

Tabela 2. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Região/UF por organização administrativa

	Faculdade		Centro Universitário		Universidade		Total	
Regiões/UF	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Centro Oeste	4	2,65%	6	3,97%	6	3,97%	16	10,60%
Distrito Federal	3	1,99%	5	3,31%	2	1,32%	10	6,62%
Goiás	-	0,00%	-	0,00%	2	1,32%	2	1,32%
Mato Grosso do Sul	1	0,66%	1	0,66%	2	1,32%	4	2,65%
Nordeste	4	2,65%	3	1,99%	5	3,31%	12	7,95%
Bahia	-	0,00%	2	1,32%	1	0,66%	3	1,99%
Ceará	1	0,66%	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%
Paraíba	-	0,00%	-	0,00%	2	1,32%	2	1,32%
Pernambuco	3	1,99%	1	0,66%	-	0,00%	4	2,65%
Rio Grande do Norte	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Sergipe	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%

Norte	1	0,66%	1	0,66%	5	3,31%	7	4,64%
Amapá	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Amazonas	1	0,66%	1	0,66%	-	0,00%	2	1,32%
Pará	-	0,00%	-	0,00%	2	1,32%	2	1,32%
Roraima	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Tocantins	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Sudeste	24	15,89%	19	12,58%	40	26,49%	83	54,97%
Espírito Santo	-	0,00%	-	0,00%	1	0,66%	1	0,66%
Minas Gerais	3	1,99%	3	1,99%	4	2,65%	10	6,62%
Rio de Janeiro	5	3,31%	6	3,97%	14	9,27%	25	16,56%
São Paulo	16	10,60%	10	6,62%	21	13,91%	47	31,13%
Sul	10	6,62%	5	3,31%	17	11,26%	32	21,19%
Paraná	2	1,32%	2	1,32%	4	2,65%	8	5,30%
Rio Grande do Sul	6	3,97%	3	1,99%	8	5,30%	17	11,26%
Santa Catarina	2	1,32%	-	0,00%	5	3,31%	7	4,64%
Não se aplica	-	0,00%	1	0,66%	-	0,00%	1	0,66%
Não se aplica	-	0,00%	1	0,66%	-	0,00%	1	0,66%
Total Geral	43	28,48%	35	23,18%	73	48,34%	151	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Não se aplica: Curso oferecido na modalidade à distância (426 polos registrados)

A tabela 3 permite identificar que 48,34% dos cursos de Relações Internacionais do Brasil estão em Universidades; 28,48% são oferecidos em Faculdades e 23,18% em Centros Universitários. Também distinguimos a categoria administrativa da oferta que é maior entre as instituições privadas de ensino (82,78% dos 151 cursos), conforme o já demonstrado na seção 3 deste documento que trata do processo de expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil.

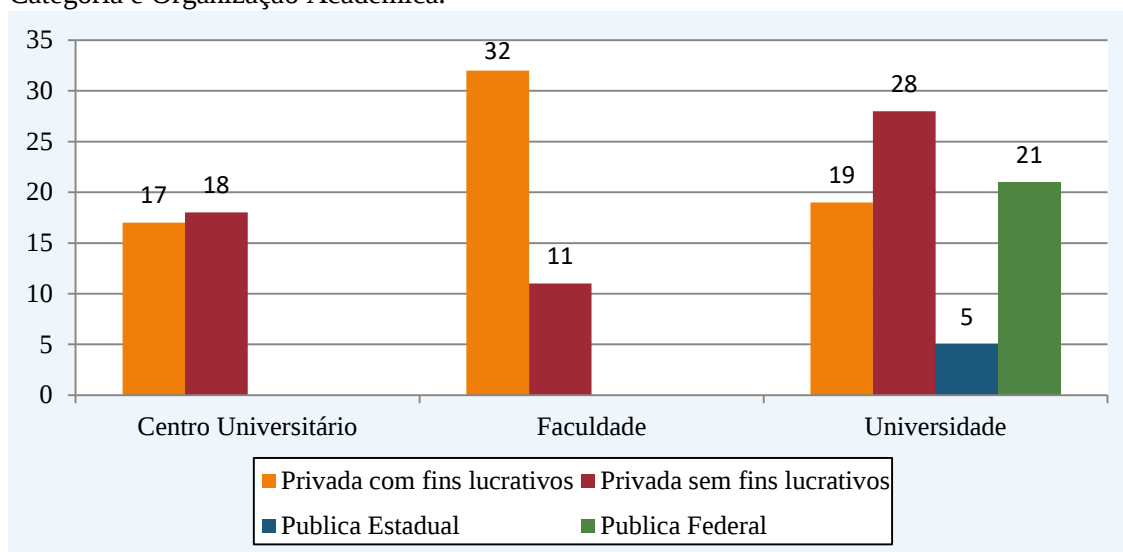
Tabela 3. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo a organização acadêmica e categoria administrativa.

Organização acadêmica/Categoria administrativa	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos	Publica Estadual	Publica Federal	Total Geral
Centro Universitário	11,26%	11,92%	0,00%	0,00%	23,18%
Faculdade	21,19%	7,28%	0,00%	0,00%	28,48%
Universidade	12,58%	18,54%	3,31%	13,91%	48,34%
Total Geral	45,03%	37,75%	3,31%	13,91%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

A figura 3 permite comparar a contagem de cursos por categoria e organização acadêmica.

Figura 3. Gráfico comparativo da distribuição dos cursos de Relações Internacionais por Categoria e Organização Acadêmica.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

É possível interpretar que a distribuição dessa oferta ocorre em função da liberdade que essas grandes instituições possuem para a criação de cursos e vagas. No entanto, a própria natureza do campo de estudos, assim como a caracterização do perfil do egresso (que sugere habilidades de pesquisa científica) favorece a criação do curso por Universidades que são instituições pluricurriculares e de formação de quadros de nível superior de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Os Centros Universitários por serem pluricurriculares também contam com uma estrutura que favorece a oferta de cursos como o de Relações Internacionais que abrange mais de um campo do conhecimento.

5. A distribuição dos cursos de Relações Internacionais no território nacional

Os cursos de relações internacionais estão distribuídos de forma irregular no território brasileiro. A maior concentração de oferta está na região Sudeste com o número de 83 cursos (55%). Em ordem decrescente o Sul oferece 32 cursos (21%), o Centro Oeste 16 cursos (10%), o Nordeste 12 cursos (8%) e o Norte 7 cursos (5%). A distribuição conforme as diferentes regiões e também nos estados da federação podem ser observadas nas figuras 4, 5, 6, 7, 8 e 9 abaixo:

Figura 4. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Regiões do Brasil.

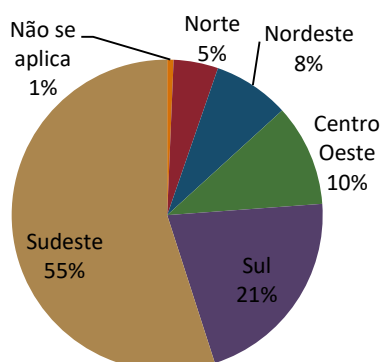


Figura 5. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Sudeste por Estado da Federação.

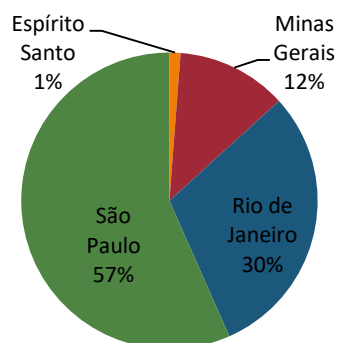


Figura 6. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Sul por Estado da Federação.

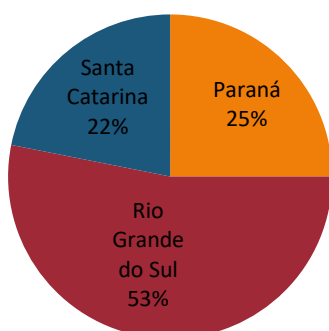


Figura 7. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Centro Oeste por Estado da Federação.

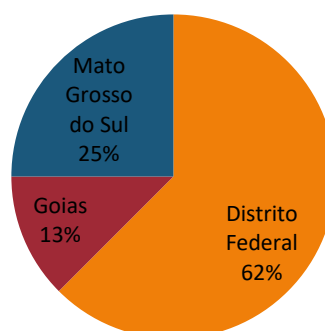


Figura 8. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Nordeste por Estado da Federação.

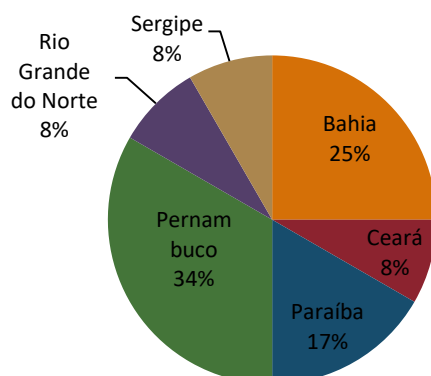
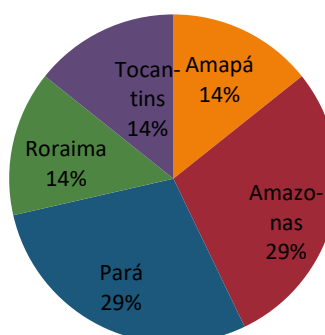


Figura 9. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais da Região Norte por Estado da Federação.



Observação: A ordem de apresentação dos gráficos das regiões segue a proporção de oferta de cursos.
 Não se aplica: Curso oferecido na modalidade à distância (426 polos registrados).
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Constata-se na tabela 4 que o estado de São Paulo é o que concentra o maior número de cursos (31,13%) seguido do Rio de Janeiro (16,56%) e do Rio Grande do Sul (11,26%). O Distrito Federal e o Estado de Minas Gerais empatam na oferta de 6,62% dos cursos brasileiros. Na sequência aparecem o estado do Paraná com 5,3%; o estado de Santa Catarina com 4,64%; com 2,65% cada, os estados do Mato Grosso do Sul e Pernambuco; o estado da Bahia com 1,99%; com 1,32% cada, os estados do Amazonas, Goiás, Pará e Paraíba; e com 0,66% os estados do Amapá, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Tabela 4. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nas Unidades da Federação por categoria administrativa.

Unidade da Federação	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos	Pública Estadual	Pública Federal	Total Geral	%
São Paulo	19	23	3	2	47	31,13%
Rio de Janeiro	12	9	1	3	25	16,56%
Rio Grande do Sul	8	4	-	5	17	11,26%
Distrito Federal	4	5	-	1	10	6,62%
Minas Gerais	6	3	-	1	10	6,62%
Paraná	7	-	-	1	8	5,30%
Santa Catarina	1	5	-	1	7	4,64%
Mato Grosso do Sul	3	-	-	1	4	2,65%
Pernambuco	2	2	-	-	4	2,65%
Bahia	3	-	-	-	3	1,99%
Amazonas	-	2	-	-	2	1,32%
Goiás	-	1	-	1	2	1,32%
Pará	-	2	-	-	2	1,32%
Paraíba	-	-	1	1	2	1,32%
Amapá	-	-	-	1	1	0,66%
Ceará	1	-	-	-	1	0,66%
Espírito Santo	-	1	-	-	1	0,66%
Rio Grande do Norte	1	-	-	-	1	0,66%
Roraima	-	-	-	1	1	0,66%
Sergipe	-	-	-	1	1	0,66%
Tocantins	-	-	-	1	1	0,66%
Não se aplica	1	-	-	-	1	0,66%
Total Geral	68	57	5	21	151	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Não se aplica: Curso oferecido na modalidade à distância (426 polos registrados).

Verifica-se que 65 cidades brasileiras abrigam cursos de graduação em Relações Internacionais. São elas:

- Norte: Ananindeua - PA (1 curso em Universidade privada com fim lucrativo); Belém - PA (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Boa Vista - RR (1 curso em Universidade pública Federal); Macapá - AP (1 curso em Universidade pública federal); Manaus - AM (2 cursos dos quais 1 em Centro Universitário privado sem fim lucrativo e 1 em Faculdade privada sem fim lucrativo); Porto Nacional - TO (1 curso em Universidade pública federal).
- Nordeste: Caruaru - PE (1 curso em Faculdade privada sem fim lucrativo); Fortaleza - CE (1 curso em Faculdade privada com fim lucrativo); Jaboatão dos Guararapes - PE (1 curso em Centro Universitário privado com fim lucrativo); João Pessoa - PB (2 cursos dos quais 1 em Universidade pública estadual e 1 em Universidade pública federal); Natal - RN (1 curso em Universidade privada com fim lucrativo); Recife - PE (2 cursos dos quais 1 em Faculdade privada com fim lucrativo e 1 em Faculdade privada sem fim lucrativo); Salvador - BA (3 cursos dos quais 2 em Centros Universitários com fins lucrativos e 1 em Universidade com fim lucrativo); São Cristóvão - SE (1 curso em Universidade pública federal).
- Centro Oeste: Brasília - DF (8 cursos, dos quais 1 em Universidade Pública Federal, 2 em Centros Universitários privados com fins lucrativos, 2 em Faculdades privadas com fins lucrativos, 2 em Centros Universitários privados sem fins lucrativos e 1 em Universidade privada sem fins lucrativos); Campo Grande - MS (2 cursos dos quais 1 em Centro Universitário privado com fim lucrativo e 1 em Universidade privada com fim lucrativo); Dourados - MS (2 cursos dos quais 1 em Universidade pública federal e 1 em Faculdade privada com fim lucrativo); Goiânia - GO (2 cursos, dos quais 1 em Universidade pública federal e 1 em Universidade privada sem fim lucrativo); Taguatinga - DF (2 cursos dos quais 1 em Centro Universitário privado sem fim lucrativo e 1 em Faculdade privada sem fim lucrativo).
- Sudeste: Bauru - SP (2 cursos dos quais 1 em Faculdade privada com fins lucrativos e 1 em Universidade privada sem fins lucrativos); Belo Horizonte - MG (6 cursos dos quais 3 em Centros Universitários privados com fins lucrativos, 1 em Faculdade privada com fins lucrativos e 2 em Universidade privada sem fim lucrativo); Campinas (4 cursos dos quais 2 em Faculdades privadas com fins lucrativos e 2 em Universidades privadas sem fins lucrativos);

Campos dos Goytacazes - RJ (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Cotia - SP (1 curso em Faculdade privada sem fim lucrativo); Franca - SP (1 curso em Universidade pública estadual); Guarujá - SP (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Itu - SP (1 curso em Faculdade privada com fim lucrativo); Marília - SP (1 curso em Universidade pública estadual); Mogi das Cruzes - SP (2 cursos em Universidades privadas com fins lucrativos); Montes Claros - MG (1 curso em Faculdade privada com fim lucrativo); Niterói - RJ (4 cursos dos quais 1 em Universidade pública federal, 1 em Centro Universitário privado com fim lucrativo, 1 em Centro Universitário privado sem fim lucrativo, 1 em Universidade privada sem fim lucrativo); Osasco - SP (1 curso em Universidade pública federal); Petrópolis - RJ (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Piracicaba - SP (2 cursos dos quais 1 em Faculdade privada com fim lucrativo e 1 em Universidade privada sem fim lucrativo); Poços de Caldas - MG (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Ribeirão Preto - SP (2 cursos, dos quais 1 em Universidade privada sem fim lucrativo e 1 em Centro Universitário sem fim lucrativo); Rio de Janeiro - RJ (18 cursos dos quais 1 Universidade pública federal, 1 Universidade pública estadual, 2 Centros Universitários privados com fins lucrativos, 4 Faculdades privadas com fins lucrativos, 5 Universidades privadas com fins lucrativos, 2 Centros Universitários privados sem fins lucrativos, 1 Faculdade privada sem fim lucrativo e 2 Universidades privadas sem finalidade lucrativa); Santo André - SP (1 curso em Centro Universitário sem fim lucrativo); Santos - SP (3 cursos, dos quais 1 em Faculdade privada com fim lucrativo, 1 em Centro Universitário sem fim lucrativo e 1 em Universidade sem fim lucrativo); São Bernardo do Campo - SP (1 curso em Universidade pública federal); São José dos Campos - SP (1 curso em Faculdade privada com fim lucrativo); São Paulo - SP (21 cursos, dos quais 1 em Universidade pública estadual, 1 em Centro Universitário privado com fim lucrativo, 3 em Faculdade privada com fim lucrativo, 5 em Universidade privada com fim lucrativo, 6 em Centro Universitário sem fim lucrativo, 4 em Faculdade sem fim lucrativo, 1 em Universidade sem fim lucrativo); Seropédica - RJ (1 curso em Universidade pública federal); Sorocaba - SP (2 cursos dos quais 1 em Faculdade privada com fim lucrativo e 1 em Universidade privada sem fim lucrativo); Uberlândia - MG (2 cursos dos quais 1

em Universidade pública federal e um em Faculdade privada com fim lucrativo); Vila Velha - ES (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo);

- Sul: Bagé - RS (1 curso em Faculdade privada com fins lucrativos); Balneário Camboriú - SC (1 curso em Universidade privada sem fins lucrativos); Canoas - RS (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Caxias do Sul - RS (2 cursos em Faculdades privadas com fins lucrativos); Chapecó - SC (1 curso em Faculdade privada sem fim lucrativo); Curitiba - PR (5 cursos dos quais 2 em Centros Universitários com fins lucrativos e 3 em Universidades com fins lucrativos); Florianópolis - SC (3 cursos, dos quais 1 em Universidade pública federal, 1 em Universidade privada sem fim lucrativo e 1 em Faculdade privada com fim lucrativo); Foz do Iguaçu - PR (2 cursos dos quais 1 em Universidade pública federal e 1 em Faculdade privada com fim lucrativo); Guarapuava - PR (1 curso em Faculdade privada sem fim lucrativo); Itajaí - SC (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Lajeado - RS (1 curso em Centro Universitário privado sem fim lucrativo); Passo Fundo - RS (1 curso em Faculdade privada com fim lucrativo); Pelotas - RS (1 curso em Universidade pública Federal); Porto Alegre - RS (6 cursos dos quais 1 em Universidade pública federal, 1 em Centro Universitário privado com fim lucrativo, 2 em Faculdades privadas com fins lucrativos, 1 em Universidade privada com fim lucrativo e 1 em Universidade privada sem fins lucrativos); Santa Cruz do Sul - RS (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo); Santa Maria - RS (1 curso em Universidade pública federal); Santa Vitória do Palmar - RS (1 curso em Universidade pública federal); Santana do Livramento - RS (1 curso em Universidade pública federal); Tubarão - SC (1 curso em Universidade privada sem fim lucrativo).

Com vistas a verificar a distribuição espacial da graduação, as cidades que abrigam os cursos de Relações Internacionais foram mapeadas e caracterizadas em capitais, capital federal, cidade central de região metropolitana (exceto capitais), cidade de região metropolitana e cidade do interior (exceto central de região metropolitana). As cidades também foram identificadas como litorâneas ou de região da faixa de fronteira do território brasileiro⁸.

⁸ Faixa de fronteira é a faixa interna de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

O Estado de São Paulo é a unidade da federação que possui a maior oferta de graduações em Relações Internacionais. Ademais, é o estado que tem interiorizado o maior percentual de cursos. São 47 cursos oferecidos dos quais 21 estão na capital, 13 estão em cidades centrais de regiões metropolitanas, 7 estão em regiões metropolitanas e 6 estão no interior. Os outros estados do Sudeste brasileiro também contribuem de forma expressiva na oferta da graduação em Relações Internacionais. O Rio de Janeiro possui 18 cursos oferecidos na capital, 5 em região metropolitana e 2 no interior do Estado. Em Minas Gerais, 6 cursos são oferecidos na capital e 4 no interior. Já o Espírito Santo possui apenas um curso ofertado em região metropolitana. A maior concentração de oferta de cursos em cidades litorâneas está no Estado do Rio de Janeiro (23 cursos), seguido de São Paulo (4 cursos) e do Espírito Santo (1 curso).

No Sul do Brasil, é o estado do Rio Grande do Sul que possui a maior parte da oferta de cursos de Relações Internacionais. São 17 cursos dos quais 6 são oferecidos na capital, 2 em região metropolitana e 9 no interior, dos quais 1 está no litoral. Destes, 3 estão localizados em zona de fronteira. O Paraná possui 8 cursos dos quais 5 são oferecidos na capital e 3 no interior (destes 2 estão em zona de fronteira). Santa Catarina, por sua vez, possui 7 cursos dos quais 3 estão na capital (região litorânea), 1 está em região metropolitana também no litoral e 3 estão em cidades centrais de regiões metropolitanas, sendo que 1 está em zona de fronteira e 1 está no litoral do Estado.

Na região do Centro Oeste do Brasil a maior concentração de graduações está no Distrito Federal. São 10 cursos que correspondem a 62,50% da oferta na região. Oito cursos estão localizados na capital federal e 2 na Região administrativa do Distrito Federal. O Estado de Goiás possui 2 cursos oferecidos na sua capital. Já o Mato Grosso do Sul possui 2 cursos oferecidos na capital e 2 cursos oferecidos no interior em região fronteira.

O Nordeste brasileiro possui graduações nos Estados da Bahia (três cursos oferecidos na capital), Ceará (1 curso oferecido na capital) Paraíba (2 cursos oferecidos na capital), Pernambuco (2 cursos oferecidos na capital, 1 curso oferecido na região metropolitana e 1 curso oferecido no interior), Rio Grande do Norte (1 curso oferecido na capital) e Sergipe (1 curso oferecido na região metropolitana). Exceto o curso do interior de Pernambuco e da região metropolitana de Sergipe, todas as demais cidades estão situadas no litoral.

O Norte é o estado que possui o menor número de graduações em Relações Internacionais. O Amapá possui um curso oferecido na capital que está no litoral do

Estado. O Estado do Amazonas possui 2 cursos oferecidos na capital. O Pará possui dois cursos, um oferecido na capital e outro em região metropolitana. Em Roraima o curso é oferecido na capital que também está situada em zona de fronteira. No Tocantins um curso é oferecido no interior. Outra variável que introduzimos, especialmente em razão da identificação de um volume crescente de cidades centrais de regiões metropolitanas que passaram a abrigar cursos de Relações Internacionais, foi a da existência de portos marítimos, fluviais e secos nessas localidades.

Verificamos que das 65 cidades que oferecem o curso de Relações Internacionais, 1 possui apenas porto fluvial (Porto Alegre – RS), 1 possui porto fluvial e seco (Manaus – AM), 5 possuem apenas porto marítimo (Fortaleza – CE, Lajeado – RS, Natal – RN, Niterói – RJ, Pelotas – RS), 6 possuem porto marítimo e seco (Belém – PA, Itajaí – , Recife – PE; Santos – SP; Rio de Janeiro – RJ e Salvador – BA); 16 possuem apenas porto seco (Bauru – SP, Campinas – SP, Campo Grande – MS, Canoas – RS, Caxias do Sul – RS, Curitiba – PR, Dourados – MS, Foz do Iguaçu – PR, Guarujá – SP, Franca – SP, Piracicaba – SP, Ribeirão Preto – RP, Santo André – SP, São Paulo – SP, Sorocaba – SP, Uberlândia – MG).

Tabela 5. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais nos diferentes tipos de cidades por categoria administrativa.

Tipos de cidades	Estadual	Federal	Privada	Total Geral
Capital estadual	3	8	67	78
Região metropolitana	-	4	15	19
Cidade Central	-	-	16	16
Interior	2	8	17	27
Capital Federal	-	1	7	8
Região administrativa	-	-	2	2
Não se aplica (EaD)	-	-	1	1
Total Geral	5	21	125	151

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma EMEC.

Outro aspecto que merece destaque é a contribuição das instituições públicas no processo de expansão dos cursos de graduação em Relações Internacionais em regiões fora dos eixos tradicionais desse campo, em um fenômeno de interiorização o que pode ser observado na tabela acima.⁹ Vale destacar que 5 das 9 instituições de

⁹ A constatação desse movimento levou a aprovação de um painel no 5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, no ano de 2015, intitulado Relações Internacionais fora do Eixo: Um Balanço da Experiência de Cursos de Relações Internacionais no Interior do Brasil. Foram

ensino superior que oferecem cursos de graduação em zonas de fronteira são públicas federais.

6. Processos Seletivos, matrículas e alunos concluintes

Esta seção traz informações colhidas na Sinopse Estatística da Educação Superior publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano de 2015. Ela reúne dados de 122 cursos oferecidos em 107 Instituições de Ensino Superior em funcionamento naquele ano, dentre os quais 23 foram oferecidos por instituições públicas de ensino federais, 5 por instituições públicas de ensino estaduais e 94 em instituições privadas. (INEP, 2015)

No ano de 2015 os dados dos processos seletivos para novas vagas das Instituições de Ensino Superior registraram 15.056 vagas para cursos de Relações Internacionais em todo o Brasil dos quais 1.865 foram oferecidos por Instituições públicas de ensino e 13.191 em Instituições privadas. Foram 64.980 candidatos inscritos, 42.764 para as instituições públicas e 22.216 para as instituições privadas.

A estatística também registrou o processo seletivo para programas especiais e para vagas remanescentes. No primeiro, registrou-se um total de 50 vagas oferecidas (2 vagas em instituições públicas e 48 em instituições privadas) para 43 candidatos inscritos (8 em instituições públicas e 35 em instituições privadas).

Para vagas remanescentes foram 3.329 inscritos (546 em instituições públicas e 2.783 em instituições privadas) para 8.795 vagas (455 em instituições públicas e 8.340 em instituições privadas).

O ingresso total de estudantes foi de 9.002 (2026 em instituições públicas e 6.976 em instituições privadas). Registrou-se um total de 3.875 (das quais 559 ocorreram em instituições públicas e 3.316 em instituições privadas), 4.570 matrículas desvinculadas (742 em instituições públicas e 3.828 em instituições privadas), 419 transferências para outros cursos (36 delas em instituições públicas e 383 em instituições privadas). A pesquisa informa ainda 3 alunos falecidos no ano de referência. O número total de alunos concluintes registrados no ano de referência foi de 3.529,

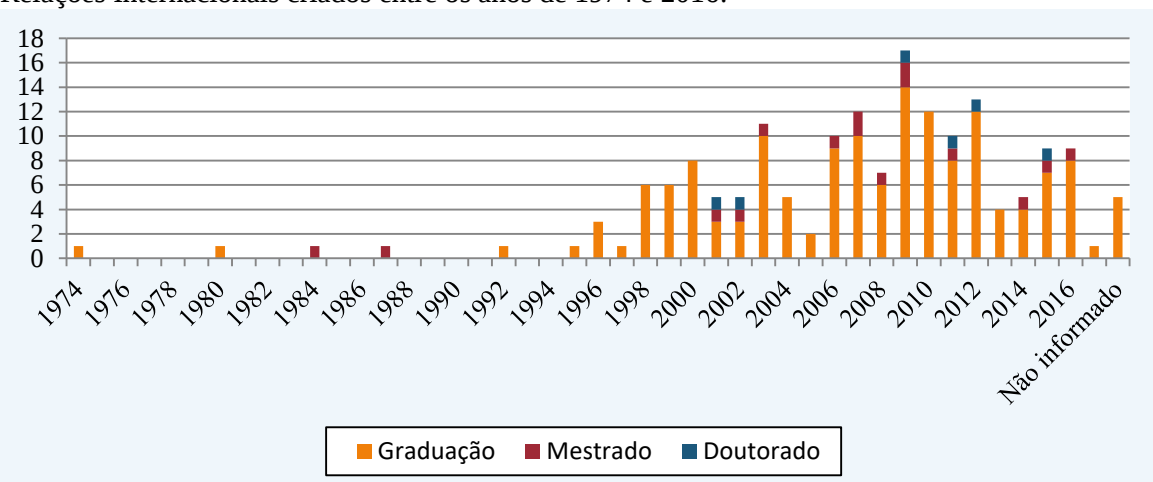
sendo que 858 provenientes de instituições públicas e 2.671 de instituições privadas de ensino.

7. Programas e cursos de pós-graduação *strito sensu* em Relações Internacionais

O cenário da ampliação do número de cursos de graduação em Relações Internacionais também gerou uma demanda de docentes qualificados no campo de estudos. Até o início dos anos 2000 apenas duas Instituições de Ensino Superior, a Universidade de Brasília e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ofereciam cursos de mestrado em Relações Internacionais no Brasil, respectivamente a partir de 1984 e 1987.

No ano de 2001 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) incentivou a formação de recursos humanos em Relações Internacionais por meio de financiamento de quatro propostas para a criação e/ou reforço de pós-graduações. Os cursos criados foram: o Mestrado da Universidade Federal Fluminense (2001, atualmente desativado), o Doutorado da Universidade de Brasília (2002), o Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002, atualmente desativado), o Programa Santiago Dantas (2003, mestrado interinstitucional formado pela Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). A figura 10 traz um gráfico com o comparativo da contagem dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Relações Internacionais.

Figura 10. Gráfico com a proporção dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Relações Internacionais criados entre os anos de 1974 e 2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC e da Plataforma Sucupira.

Buscou-se identificar na Plataforma Sucupira os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado com a designação de Relações Internacionais. Não foi identificado mestrado profissional com essa nomenclatura. Em janeiro de 2017 foram contabilizados o número de 16 cursos de mestrado e 7 cursos de doutorado. Dentre os programas de mestrado, 2 foram desativados e 2 estão em desativação, conforme a tabela a seguir.¹⁰

Tabela 6. Distribuição dos cursos de Mestrado e Doutorado em Relações Internacionais por Região/Unidade Federativa.

Região	Mestrado N°	Mestrado %	Doutorado N°	Doutorado %
Sudeste	8	57,14%	6	85,71%
São Paulo	3	21,43%	3	42,86%
Rio de Janeiro	3	21,43%	2	28,57%
Minas Gerais	2	14,29%	1	14,29%
Centro Oeste	2	14,29%	1	14,29%
Brasília	1	7,14%	1	14,29%
Goiás	1	7,14%	-	0,00%
Nordeste	3	21,43%	-	0,00%
Paraíba	2	14,29%	-	0,00%
Bahia	1	7,14%	-	0,00%
Sul	1	7,14%	-	0,00%
Santa Catarina	1	7,14%	-	0,00%
Total Geral	14	100,00%	7	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC e da Plataforma Sucupira.

Os dados acima demonstram a concentração de cursos *stricto sensu* de Relações Internacionais na região Sudeste. Em São Paulo são oferecidos os programas de mestrado e doutorado da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do Programa Santiago Dantas (Interinstitucional). No Rio de Janeiro, programas de mestrado e doutorado são oferecidos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos possui um curso de mestrado em desativação. Em Minas Gerais, o mestrado é oferecido na Universidade Federal de Uberlândia e na Pontifícia Universidade Católica que também oferece um curso de doutorado.

¹⁰ Os cursos desativados eram oferecidos pela Universidade Federal Fluminense (criado em 2001) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (criado em 2002). Os cursos em desativação são o da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (interdisciplinar criado em 2007) e o do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (criado no Rio de Janeiro em 2006).

A região Centro Oeste possui o mestrado e o doutorado oferecidos pela Universidade de Brasília. O mestrado interdisciplinar oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás está em desativação. No Nordeste, a Paraíba oferece cursos de mestrado tanto na Universidade Estadual da Paraíba como na Universidade Federal da Paraíba. A Universidade Federal da Bahia possui um curso de mestrado.

Outro aspecto que merece atenção é que, diferente da graduação em Relações Internacionais, a maioria das Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de pós-graduação *strito sensu* são públicas (61,54%), seguidas das instituições privadas sem finalidade lucrativa (38,46%). O programa interinstitucional (consórcio entre 2 Universidades públicas estaduais e 1 Universidade privada sem finalidade lucrativa) não foi computado no cálculo do percentual.

Essa tendência segue a proporção mais geral da distribuição de cursos de Relações Internacionais no Brasil o que pode ser percebido se compararmos aos dados da contagem de cursos de Pós-Graduação no país registrados no aplicativo gráfico GEOCAPES ¹¹. De acordo com o site, no ano de 2015 estavam ativos 3.905 programas de pós-graduação *strito sensu* no país dos quais 2.230 (57,1%) em instituições públicas federais, 931 (23,8%) em instituições públicas estaduais, 29 (0,7%) em instituições públicas municipais e 715 (18,3%) cursos em instituições privadas.

A distribuição dos programas nas Unidades da Federação pode ser observada na tabela abaixo. Vale registrar uma peculiaridade dos estados de São Paulo e do Paraná que é a proporção de oferta de cursos de pós-graduação maior nas instituições públicas estaduais do que nas federais.

Tabela 7. Distribuição dos programas de pós-graduação *strito sensu* por Região/Unidade Federativa.

	Estadual		Federal		Municipal		Particular		Total	
Região/UF	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CO	32	0,82%	248	6,35%	1	0,03%	37	0,95%	318	8,14%
DF	1	0,03%	93	2,38%		0,00%	13	0,33%	107	2,74%
GO	10	0,26%	72	1,84%	1	0,03%	14	0,36%	97	2,48%
MS	11	0,28%	45	1,15%		0,00%	7	0,18%	63	1,61%
MT	10	0,26%	38	0,97%		0,00%	3	0,08%	51	1,31%
NE	142	3,64%	575	14,72%		0,00%	59	1,51%	776	19,87%
AL	0	0,00%	33	0,85%		0,00%	1	0,03%	34	0,87%
BA	63	1,61%	88	2,25%		0,00%	15	0,38%	166	4,25%

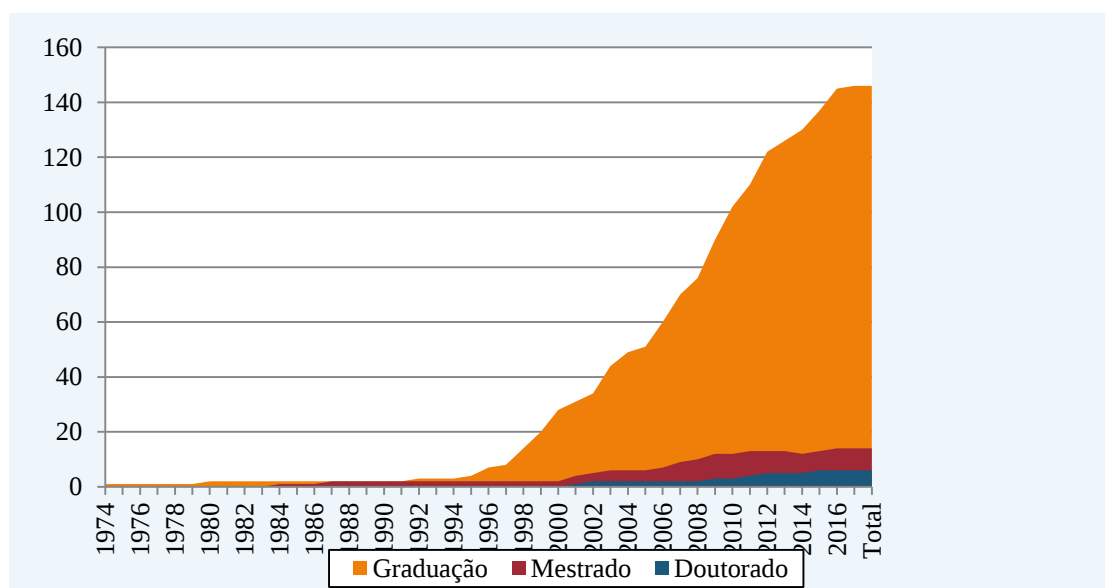
¹¹ Cf. GEOCAPES. Disponível em <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>. Acesso em 11 de abril de 2017.

CE	26	0,67%	68	1,74%		0,00%	10	0,26%	104	2,66%
MA	10	0,26%	27	0,69%		0,00%	3	0,08%	40	1,02%
PB	16	0,41%	84	2,15%		0,00%	2	0,05%	102	2,61%
PE	15	0,38%	122	3,12%		0,00%	18	0,46%	155	3,97%
PI	2	0,05%	33	0,85%		0,00%	1	0,03%	36	0,92%
RN	10	0,26%	78	2,00%		0,00%	4	0,10%	92	2,36%
SE	0	0,00%	42	1,08%		0,00%	5	0,13%	47	1,20%
N	20	0,51%	169	4,33%		0,00%	8	0,20%	197	5,04%
AC	0	0,00%	8	0,20%		0,00%		0,00%	8	0,20%
AM	8	0,20%	44	1,13%		0,00%	1	0,03%	53	1,36%
AP	0	0,00%	4	0,10%		0,00%		0,00%	4	0,10%
PA	9	0,23%	75	1,92%		0,00%	7	0,18%	91	2,33%
RO	0	0,00%	10	0,26%		0,00%		0,00%	10	0,26%
RR	3	0,08%	8	0,20%		0,00%		0,00%	11	0,28%
TO	0	0,00%	20	0,51%		0,00%		0,00%	20	0,51%
SE	568	14,55%	823	21,08%	16	0,41%	374	9,58%	1781	45,61%
ES	0	0,00%	54	1,38%		0,00%	12	0,31%	66	1,69%
MG	15	0,38%	326	8,35%		0,00%	53	1,36%	394	10,09%
RJ	70	1,79%	303	7,76%		0,00%	79	2,02%	452	11,57%
SP	483	12,37%	140	3,59%	16	0,41%	230	5,89%	869	22,25%
S	169	4,33%	415	10,63%	12	0,31%	237	6,07%	833	21,33%
PR	141	3,61%	114	2,92%		0,00%	50	1,28%	305	7,81%
RS	1	0,03%	227	5,81%		0,00%	146	3,74%	374	9,58%
SC	27	0,69%	74	1,90%	12	0,31%	41	1,05%	154	3,94%
Total Geral	931	23,84%	2230	57,11%	29	0,74%	715	18,31%	3905	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema de Informações Georreferenciadas GEOCAPES.

Sobre o crescimento de programas de pós-graduação em relação aos de graduação em Relações Internacionais, constata-se que mesmo com a ampliação de cursos de Mestrado e Doutorado nos últimos anos, a oferta não acompanha o volume dos cursos de graduação oferecidos. Além disso, nem todas as regiões que possuem cursos de Relações Internacionais têm cursos de pós-graduação na área sendo oferecidos.

Figura 11. Gráfico da proporção de cursos de graduação em relação aos mestrados e doutorados criados entre os anos de 1974 e 2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC e da Plataforma Sucupira.

Se cruzarmos as informações sobre a oferta de programas de graduação e a oferta de programas de pós-graduação, identificamos que a região Sudeste que possui a maior concentração de cursos de graduação no Brasil (55% dos 151 cursos) é também a região que possui o maior número de programas de mestrado (57,14% dos 16 programas) e doutorado (85,71% dos 7 programas de doutorado) em Relações Internacionais. De outro lado, a região Sul que ocupa a segunda posição na oferta de cursos de graduação (22% dos 151 cursos) possui somente 1 cursos de mestrado (que representa 7,14% do total de 16 programas). O Centro Oeste que ocupa a terceira posição na oferta de cursos de graduação (10% dos 151 cursos), está na quarta posição de oferta de programas de mestrado (14,29% dos 16 programas) e a segunda posição na oferta de programas de doutorado (14, 29% dos 7 programas). Já o Nordeste, que está em quarto lugar na oferta de programas de graduação (8% dos 151 cursos), aparece na terceira posição na oferta de programas de mestrado (21,43% dos 16 programas). O Norte do país está em último lugar na oferta de cursos de graduação (5% dos 151 cursos) e não possui programas de pós-graduação *strito sensu* no referido campo de estudos.

8. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Relações Internacionais

A ampliação do número de cursos de Relações Internacionais no Brasil tem sido objeto de análise de estudiosos que, preocupados com a identidade do campo de estudos, defendem a necessidade de regulamentação por meio da aprovação de Diretrizes Curriculares Nacionais (Cervo, 1992; Miyamoto, 1999; Sato, 1999; Gonçalves, 2002; Herz, 2002; Miyamoto, 2003; Brigagão, 2004 Lessa, 2005; Vizentini, 2005; Ventura e Del Tedesco Lins, 2014).

A característica multidisciplinar da área e a ausência de um documento regulador é motivo de inquietação, uma vez que a oferta de cursos de características muito diversas do consenso sobre o conteúdo mínimo pode influenciar de forma negativa o próprio processo de consolidação do campo¹².

O primeiro documento produzido para orientar as Instituições de Ensino Superior quanto aos requisitos de qualidade do curso foi publicado no ano de 1997 pela Secretaria de Educação Superior do MEC em cumprimento à Portaria 641 de 13 de maio daquele ano¹³.

Desde então, os documentos produzidos que permitiram identificar parâmetros para a autorização e reconhecimento de cursos de Relações Internacionais no Brasil são: as Diretrizes de formação específica do ENADE 2009, 2012 e 2015 (com diferenças nos conteúdos exigidos no último documento) e o Catálogo Nacional de Cursos publicado em 2010¹⁴.

A discrepância entre os conteúdos dos documentos acima quando comparados, trazem consequências tanto para os gestores dos cursos, no que se refere à formulação, implementação e revisão dos seus Projetos Político Pedagógicos, como também no resultado dos processos avaliativos que, por essa razão, tem pouco a dizer

¹² Ressalta-se que as preocupações sobre a fundação do campo podem ser observadas em pesquisas de estudiosos sobre a consolidação do mesmo em outros países. Debates sobre a historiografia das Relações Internacionais como disciplina específica tem permitido a discussão dos contornos daquilo que é considerado o léxico das Relações Internacionais (Schmidt, 2002; Walter et al., 2002).

¹³ A portaria estabeleceu requisitos para a autorização de novos cursos em faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores em funcionamento. Em seu artigo 9º previu que a análise dos cursos fosse realizada com base em padrões, critérios e indicadores de qualidade, estabelecidos pela SESU/MEC, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

¹⁴ Em 2010 o Catálogo Nacional de Cursos especificou os conteúdos a partir dos parâmetros do ENADE 2009.

sobre a qualidade dos cursos oferecidos no Brasil, uma vez que os parâmetros não estão claros (Julião, 2011; Ventura e Del Tedesco Lins, 2014).

Nesse contexto, a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)¹⁵ promoveu reuniões de coordenadores de curso de graduação que tiveram como resultado a criação do Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais. A primeira tarefa do Fórum, levada a cabo no ano de 2012, foi a de propor uma minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Relações Internacionais.

Em 26 de agosto de 2013, o texto produzido pelo Fórum foi divulgado para consulta pública em meio virtual no endereço eletrônico da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Durante três meses as contribuições recebidas foram compiladas e colocadas em discussão para a formatação de uma minuta que em agosto do mesmo ano foi protocolada no Conselho Nacional de Educação.

Desta forma o documento produzido passou a figurar como uma importante fonte de consulta para os coordenadores de cursos do Brasil. A tabela abaixo permite comparar os conteúdos dos documentos de orientação vigentes para os cursos de graduação em Relações Internacionais:

Tabela 8. Comparação dos conteúdos previstos em documentos orientadores.

Temas abordados na formação	Requisitos de qualidade	Referencias curriculares nacionais INEP2010	Diretrizes INEP/ENAD E/Relatório ENADE2009 (conteúdos)	Diretrizes INEP/ENAD E/Relatório ENADE20/ Portaria INEP nº 209, de 22 de junho de 2012	Diretrizes INEP/ENAD E/Portaria 242/15 (especifica conteúdos)	Diretrizes da ABRI
Metodologia	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	No conteúdo de TRI
Estatística e métodos quantitativos	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	No conteúdo de TRI
Teoria das RI	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico
RI Contemporânea	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	Em conteúdo específico
Análise de Conjuntura	NSA	NSA	NSA	NSA	Em conteúdo específico	NSA
Segurança	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico

¹⁵ A ABRI foi fundada em 2005 com o propósito de estimular o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no país.

Estudos estratégicos de Defesa	NSA	NSA	NSA	NSA	No conteúdo de Segurança	No conteúdo de Segurança
Sociologia	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA
Ciências Sociais	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Antropologia	NSA	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA
Filosofia	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Geografia	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Ciência Política	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Teoria Política	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA
Política Externa	NSA	NSA	NSA	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico
Análise Política	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	NSA	NSA
PEB	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de PE	No conteúdo de PE
Análise de PE	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	NSA	NSA	No conteúdo de PE	No conteúdo de PE
Direito	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Direito Internacional	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	No conteúdo de II	NSA
Instituições Internacionais	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico
Regimes Internacionais	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de II	No conteúdo de II
Organizações Internacionais	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de II	No conteúdo de II
Direitos Humanos	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de análise de conjuntura	No conteúdo de II
HRI	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico
HRI do Brasil	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de HRI: HRI do Brasil	Em conteúdo específico
Economia	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Economia Internacional	NSA	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA
EPI	Em conteúdo específico	NSA	No conteúdo de TRI	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico
Economia Brasileira	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA
Macroeconomia	NSA	Em conteúdo	NSA	NSA	NSA	NSA

ia		específico				
Integração Regional	Recomendado	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de II	NSA
Comércio e Finanças	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	NSA	NSA
Cooperação	Recomendado	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de II	NSA
Ética e Meio Ambiente	NSA	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	Em conteúdo específico	No conteúdo de II	NSA
Tecnologia e Sociedade	NSA	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA
Prática de Idiomas	Em conteúdo específico	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Prática de negociação	Recomendado	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Estudos regionais	Recomendado	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA

NSA: Não se aplica

Fonte: Elaboração própria com base na normativa da educação superior

O processo de discussão com vistas à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais no âmbito do Conselho Nacional de Educação foi iniciado em 04 de setembro de 2013 em Seção extraordinária. A Comissão criada para dar prosseguimento aos trabalhos de elaboração das diretrizes foi nomeada pela Portaria CNE/CES nº13/2013 em 05 de setembro do mesmo ano. No entanto, os trabalhos para a regulamentação do curso e Relações Internacionais foram adiados em duas ocasiões em razão da necessidade de recomposição da Comissão¹⁶.

Em 10 de outubro de 2016 houve nova recomposição da Comissão por meio da portaria CNE/CES nº 10/2016. Os conselheiros designados foram: Arthur Roquete de Macedo (Presidente), Antônio de Araújo Freitas Junior (Relator), Antônio Carbonari Netto, Gilberto Gonçalves Garcia e Yugo Okida (membros).

A primeira reunião foi realizada em 07 de dezembro de 2016 com a presença dos Conselheiros Antônio de Araújo Freitas Júnior, Antônio Carbonari Netto e de especialistas convidados: Roberto Menezes (Coordenador Geral do Fórum de

¹⁶ A primeira Comissão nomeada pela Portaria CNE/CES nº 12/2013 foi composta pelos Conselheiros: Breno Sander (Presidente), Gilberto Gonçalves Garcia (Relator) e Paschoal Laércio Armonia (membro). Em Seção Ordinária no dia 08 de outubro de 2014, a Câmara de Educação Superior deliberou pela recomposição da Comissão uma vez que passou a contar com um único membro (Gilberto Gonçalves Garcia). Em 04 de novembro de 2014, a Portaria CNE/CES nº 08/2014 recompõe novamente a Comissão para a Elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Relações Internacionais. Os conselheiros designados foram: Arthur Roquete de Macedo (Presidente), Gilberto Gonçalves Garcia (Relator) e Yugo Okida (membro).

Coordenadores de Cursos de Graduação em Relações Internacionais; Matias Spector (Professor da FGV); Thiago Lima (Universidade Federal da Paraíba e Coordenador Regional do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação). Na ocasião, a minuta protocolada pelo Fórum de Coordenadores com o apoio da ABRI foi analisada à luz da normativa vigente sobre a educação superior.

A preparação de um texto de referência para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Relações Internacionais foi iniciada em 23 de janeiro de 2017 com a participação dos Conselheiros Antônio Freitas (Relator da Comissão); Gilberto Garcia e Yugo Okida. Participaram como convidados: Roberto Menezes (Coordenador Geral do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação em Relações Internacionais), Eugênio Diniz (Presidente da ABRI), Haroldo Ramanzini Júnior (Universidade Federal de Uberlândia e Coordenador da Área Temática de Ensino e Pesquisa da ABRI) e Matias Spector (Fundação Getúlio Vargas).

Novo encontro foi realizado em 13 de fevereiro de 2017 com as presenças de Arthur Roquete (Presidente da Comissão); Antônio Freitas (Relator da Comissão); Gilberto Garcia e Yugo Okida; Roberto Menezes (Coordenador Geral do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação em Relações Internacionais) e Eugênio Diniz (Presidente da ABRI). Na ocasião foi deliberada a realização de uma Audiência Pública com o objetivo de promover a ampliação do espaço dos debates sobre as diretrizes do curso. O texto de referência foi encaminhado por correio eletrônico para instituições de ensino e organizações vinculadas ao campo de atuação dos profissionais de Relações Internacionais.

Na Audiência Pública, realizada no dia 13 de março de 2017, estiveram presentes: o Conselheiro Eduardo Deschamps (Presidente do Conselho Nacional de Educação); o Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi (Presidente da Câmara de Educação Superior); o Conselheiro Antônio Araújo de Freitas Júnior (Relator da Comissão que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais); o Conselheiro Yugo Okida (Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior); o Conselheiro Gilberto Carbonari Netto; Henrique Sartori (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação); Marrielle Maia Alves Ferreira (Universidade Federal de Uberlândia e Consultora do Projeto CNE/UNESCO); Layla Dawood (representante da Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro); Roberto Goulart Menezes (Universidade de Brasília e Coordenador do Fórum Nacional de Coordenadores de Cursos de Relações Internacionais do Brasil e UnB); Lucas P.

Rezende (Coordenador Regional do Fórum de Coordenadores de Cursos de Relações Internacionais (Sul e Universidade Federal de Santa Catarina); Natalia Fingerhann (Coordenadora Regional do Fórum de Coordenadores de Cursos de Relações Internacionais - Sudeste e Universidade Católica de Santos); Marcelo Gomes (Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais); Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores Paulo Roberto de Almeida (IPRI/MRE); Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho); Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília) Corival Alves do Carmo Sobrinho (Universidade Federal de Sergipe); Carla Borba (Universidade do Sul de Santa Catarina); Carlos Nogueira (Centro Universitário do Distrito Federal); Daniela Alves Pereira de Andrade (CEIRI e representante da Associação de Profissionais de Relações Internacionais); Érico Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Felipe Cordeiro de Almeida (Universidade Federal da Integração Latino-Americana); Marcelo Suano (Empresário – sócio fundador da CEIRI); Maria Antonieta Del Tedesco Lins (Universidade de São Paulo); Marlise Horn da Silva (Universidade do Vale do Rio Sinos) Matheus Pfrimer (Universidade Federal de Goiás); Matias Spector (Fundação Getúlio Vargas); Onofre dos Santos Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais); Pe. Marcelo Aquino (Universidade do Vale do Rio dos Sinos); Rodrigo Pires Campos (Universidade de Brasília); Rodrigo Ulhoa Cintra de Araújo (Escola Superior de Propaganda e Marketing); Sérgio Pio Bernardes (Faculdade Belas Artes); Thiago Ghery (Universidade de Brasília); Walter Mendes (Universidade de Belo Horizonte); Vítor Matheus S. Silva (Universidade de Brasília), Pedro Russo (Universidade de Brasília), Creomar de Souza (Universidade Católica de Brasília), Najla Souza (Universidade Católica de Brasília), Pedro Henrique Verano (Centro Universitário do Distrito Federal), Stela Maris S de Faria (Centro Universitário do Distrito Federal), Alcides Costa Vaz (Universidade de Brasília), Dennys Robson Girardi (Universidade de Curitiba), Felipe Kern Moreira (Universidade Federal do Rio Grande), Alberto Artifon (Integrante do Centro Acadêmico UNAREL do Centro Universitário do Distrito Federal), Bruno Mendelski de Souza (Universidade de Santa Cruz do Sul), Enzo Fiorelli Vasques (Universidade Paulista), Juliana Beral (FAAP), Fernanda Magnotta (FAAP), Fernando Pinto (Assessor de Comunicação do CRUB), Gerson Henrique Pfitscher (Universidade de Brasília), Gilmar Soares Ferreira (Secretaria de Assuntos Internacionais – CNTE), Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), Matheus Felipe Soares Palhano (Pontifícia

Universidade Católica de Goiás), Mauricio Homma (Anhembi Morumbi), Patricia Tendolini Oliveira de Melo (Universidade de Curitiba), Paula Sandrin (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Paulo Sérgio Nunes da Costa (Universidade Católica de Salvador), Rita de Cácia Borges (Universidade Federal de Santa Maria), Rosana Tomazini (Universidade Católica de Brasília), Sabrina Gonçalves Santos (Centro Universitário do Distrito Federal), Solange Pastana de Goes (Universidade Veiga de Almeida), Tieng Kien Chow (Centro Acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás), Italo Sposito (Universidade Federal do Tocantins), James Pinheiro dos Santos (Gerente da ANEC), Manuel Marcos Maciel Formiga (Associação Brasileira de Estudos de Defesa), Valdecir Carlos Tedei (Diretor do SETEC/MEC), Ana Regina de Medeiros (SEE/DF).

As críticas e as sugestões ao texto da minuta, encaminhadas por meio de correio eletrônico e colhidas durante a escuta pública, foram compiladas e analisadas na reunião ocorrida em 03 de abril de 2017. Estiveram presentes os conselheiros Arthur Roquete (Presidente da Comissão); Antônio Freitas (Relator da Comissão); Roberto Menezes (Universidade de Brasília e Coordenador Geral do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação em Relações Internacionais); Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Presidente da ABRI); Matias Spector (Fundação Getúlio Vargas); Marrielle Maia Alves Ferreira (Universidade Federal de Uberlândia e Consultora do Projeto CNE/UNESCO).

Ao final da reunião, a proposta de resolução das Diretrizes do Curso de Relações Internacionais foi finalizada para encaminhamento ao plenário do Conselho Nacional de Educação. Na reunião de 06 de junho de 2017 o parecer do relator Conselheiro Antônio de Araújo Freitas Júnior foi apreciado. O principal tema de controvérsia com relação à proposta apresentada foi a carga horária do curso. Manifestaram-se os conselheiros: Luiz Curi, Gilberto Gonçalves Garcia, José Loureiro Lopes, Antônio Carbonari Netto, Francisco César de Sá Barreto, Marcia Ângela da Silva Aguiar e Maurício Eliseu Costa Romão. Ao final da reunião, o parecer do relator foi votado e aprovado por unanimidade sem alterações substantivas no texto proposto. Na sequência as diretrizes seguiram para a homologação do Ministro da Educação.

Destacamos aqui os resultados que delineiam o perfil do egresso e os conteúdos exigidos como parâmetros para a análise que será realizada na próxima seção que analisa os projetos pedagógicos dos cursos em funcionamento.

A Resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 06 de julho de 2017 esclarece que o objetivo do curso de Relações Internacionais é o de “formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional em organizações públicas e privadas”. Assim contempla uma formação que revela as seguintes competências e habilidades:

- I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social orientada por uma formação geral, humanística e ética;*
- II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;*
- III – Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;*
- IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social, empatia);*
- V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;*
- VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;*
- VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;*
- VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;*
- IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;*
- X – Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;*
- XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações com relação tanto a eventos e processos internacionais quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;*
- XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;*
- XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;*
- XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;*
- XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;*
- XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional .(CNE, 2017)*

A carga horária mínima é de 2700 horas. Os conteúdos recomendados para os cursos de relações internacionais foram divididos em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si. O eixo de formação estruturante é o que deverá orientar as avaliações dos órgãos da educação superior. São eles:

I – Eixo de formação estruturante: contempla obrigatoriamente os conteúdos Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

II – Eixo formação interdisciplinar: contempla os conteúdos das Ciências Sociais, Economia, Direito, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Geografia, Estatística, Metodologia, Ética e diretrizes e requisitos legais que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso. Recomenda-se que o tratamento dos conteúdos dos diferentes campos do conhecimento sejam articulados de forma a, de um lado, oferecer embasamento para os conteúdos do eixo de formação específica e fundamental e, de outro lado, garantir os princípios da transversalidade, interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem. Incentiva-se que o curso ofereça conhecimentos e habilidades para a atuação profissional que considerem características regionais específicas. Ademais recomenda-se que sejam previstas disciplinas abertas na forma de Tópicos Especiais.

III – Eixo de Formação voltado à atividade profissional: Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais.

IV – Eixo de formação complementar: As atividades a que se refere esse eixo de formação contempla os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior. (CNE, 2017)

No que se refere ao incentivo à interdisciplinaridade, as diretrizes estabelecem a obrigatoriedade de trabalhos de conclusão de cursos que poderão ser desenvolvidos em diferentes modalidades. No que se refere à previsão de estágio curricular supervisionado, optou-se pela livre escolha da Instituição de ensino quanto à sua obrigatoriedade. Da mesma forma, as atividades complementares devem ser regulamentadas no âmbito dos cursos de forma a reforçar a flexibilidade dos currículos.

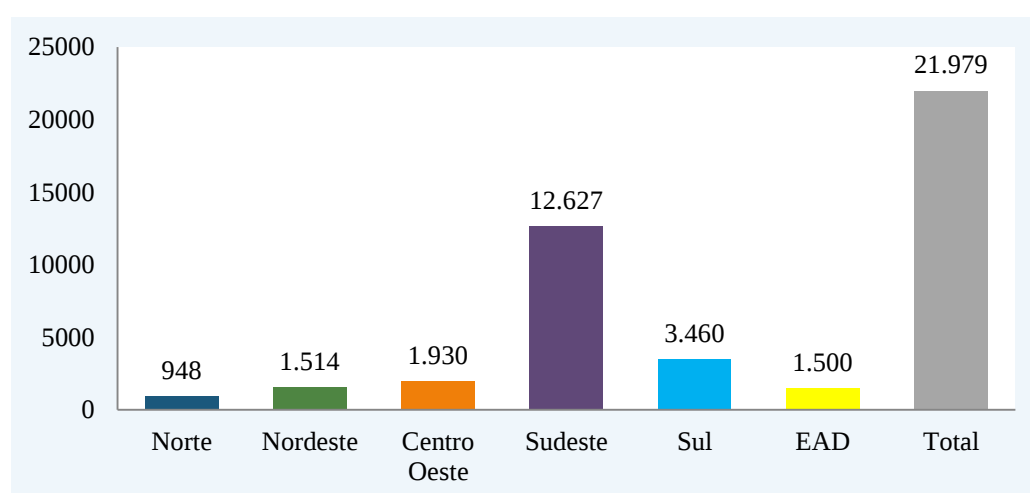
Sobre as atividades de extensão, foi reforçado o princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Merece atenção as políticas recentes que indicam a obrigatoriedade dos cursos dedicarem ao menos 10% da carga horária total para atividades de extensão. Essa previsão apareceu como meta no Plano Nacional de Extensão (2011-2015), mais ainda está longe de ser realidade nos cursos de Relações Internacionais o que será demonstrado nas seções posteriores.

9. O perfil dos Cursos de Relações Internacionais

Os cursos de Relações Internacionais na modalidade presencial são oferecidos no Brasil há mais de quatro décadas. Em agosto de 2014 foi criado o primeiro curso à distância em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), instituição privada com fins lucrativos. Atualmente a Instituição conta com 426 polos credenciados em todas as regiões do Brasil. Conforme os dados apresentados nas seções anteriores foram identificados nesta pesquisa 151 cursos de Relações Internacionais inscritos na plataforma EMEC.

Com relação à organização curricular desses cursos, 145 (96,03%) são oferecidos na modalidade semestral, 4 (2,65%) são anuais e 2 (1,32%) são quadrimestrais. Em todo o país são 21.979 vagas autorizadas para as modalidades presenciais e à distância. A distribuição regional pode ser observada na figura abaixo:

Figura 12. Distribuição do número de vagas autorizadas por Região.



Observação: O curso à distância é oferecido em 426 polos distribuídos em todas as regiões do Brasil.
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

O extrato da carga horária dos cursos está disponível para o público no sistema EMEC. Como o curso de relações internacionais não possui regulamentação sobre a carga horária mínima¹⁷, verifica-se a existência de cursos que organizam seu conteúdo no limite mínimo de horas previstas em lei (2400 horas) até cursos de mais de 5000 horas. Por essa razão dividimos os 151 cursos em faixas de carga horária: (a) 2400 a 2699 horas; (b) 2700 a 2999 horas; (c) 3000-3299 horas; (d) 3300-3499 horas; (e) 3500-3799 horas; (f) 3800-3999 horas; (g) 4000-4999 horas (h) 5000-5999 horas; (i) acima de 6000 horas. O resultado pode ser observado no quadro abaixo:

Tabela 9. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais por faixas de carga horária segundo o extrato do EMEC.

Faixa de carga horária EMEC	Nº	%
2400-2699	17	11,26%
2700-2999	34	22,52%
3000-3299	58	38,41%
3300-3499	18	11,92%
3500-3799	17	11,26%
3800-3999	1	0,66%
4000-4999	1	0,66%
5000-5999	1	0,66%
6000-	4	2,65%
Total Geral	151	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Vale esclarecer que a pesquisa acessou 111 projetos pedagógicos dos 151 cursos registrados no extrato sistema EMEC (de domínio público). Constatou-se que 39,5% das cargas horárias descritas nas matrizes curriculares dos projetos pedagógicos correspondem às informações da plataforma EMEC. À guisa de comparação vale conferir a tabela 10 abaixo com os registros de faixa de carga horária a partir das informações dos projetos pedagógicos:

Tabela 10. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais por faixas de carga horária segundo o Projeto Pedagógico do Curso.

Carga horária (PPC)	Nº	%
2400-2699	13	8,61%
2700-2999	27	17,88%
3000-3299	48	31,79%
3300-3499	8	5,30%

¹⁷ Em 06 de julho de 2017 as Diretrizes Curriculares Nacionais foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e encaminhadas para a homologação do Ministro da Justiça.

3500-3799	10	6,62%
3800-3999	2	1,32%
4000-4999	1	0,66%
5000-5999	2	1,32%
Não identificado	40	26,49%
Total Geral	151	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

10. Desempenho dos cursos nas avaliações externas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado pela Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004. Ele é composto por três mecanismos principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Os eixos que orientam as avaliações são: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). No ciclo trienal (com base nos cursos contemplados no ENADE) é divulgado o desempenho dos cursos por meio do Conceito Preliminar de Curso. Esse indicador é composto por variáveis que traduzem o desempenho dos estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente e é graduado de 1 a 5. O ENADE, assim como as notas das avaliações externas realizadas em visitas *in loco* por especialistas cadastrados no SINAES compõem essa nota. A tabela 11 permite identificar esse desempenho:

Tabela 11. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito Preliminar de Curso (CPC) no ano de 2015 por Região/Unidade da Federação.

CPC2015	Nº	%
Nota 2	15	9,93%
Centro Oeste	3	1,99%
Distrito Federal	2	1,32%
Mato Grosso do Sul	1	0,66%
Nordeste	1	0,66%
Pernambuco	1	0,66%
Sudeste	10	6,62%
Minas Gerais	1	0,66%

Rio de Janeiro	1	0,66%
São Paulo	8	5,30%
Sul	1	0,66%
Paraná	1	0,66%
Nota 3	56	37,09%
Centro Oeste	5	3,31%
Distrito Federal	3	1,99%
Goiás	1	0,66%
Mato Grosso do Sul	1	0,66%
Nordeste	5	3,31%
Paraíba	1	0,66%
Pernambuco	2	1,32%
Rio Grande do Norte	1	0,66%
Sergipe	1	0,66%
Norte	4	2,65%
Amapá	1	0,66%
Amazonas	1	0,66%
Pará	1	0,66%
Roraima	1	0,66%
Sudeste	29	19,21%
Minas Gerais	3	1,99%
Rio de Janeiro	8	5,30%
São Paulo	18	11,92%
Sul	13	8,61%
Paraná	3	1,99%
Rio Grande do Sul	6	3,97%
Santa Catarina	4	2,65%
Nota 4	22	14,57%
Centro Oeste	2	1,32%
Distrito Federal	2	1,32%
Nordeste	1	0,66%
Paraíba	1	0,66%
Sudeste	13	8,61%
Espírito Santo	1	0,66%
Minas Gerais	2	1,32%
Rio de Janeiro	4	2,65%
São Paulo	6	3,97%
Sul	6	3,97%
Rio Grande do Sul	5	3,31%
Santa Catarina	1	0,66%
Nota 5	2	1,32%
Nordeste	1	0,66%
Bahia	1	0,66%
Sul	1	0,66%
Rio Grande do Sul	1	0,66%

Sem conceito	6	3,97%
Centro Oeste	1	0,66%
Mato Grosso do Sul	1	0,66%
Nordeste	1	0,66%
Bahia	1	0,66%
Sudeste	2	1,32%
Rio de Janeiro	1	0,66%
São Paulo	1	0,66%
Sul	2	1,32%
Paraná	1	0,66%
Rio Grande do Sul	1	0,66%
Não informado	50	33,11%
Centro Oeste	5	3,31%
Distrito Federal	3	1,99%
Goiás	1	0,66%
Mato Grosso do Sul	1	0,66%
Não se aplica	1	0,66%
Não se aplica	1	0,66%
Nordeste	3	1,99%
Bahia	1	0,66%
Ceará	1	0,66%
Pernambuco	1	0,66%
Norte	3	1,99%
Amazonas	1	0,66%
Pará	1	0,66%
Tocantins	1	0,66%
Sudeste	29	19,21%
Minas Gerais	4	2,65%
Rio de Janeiro	11	7,28%
São Paulo	14	9,27%
Sul	9	5,96%
Paraná	3	1,99%
Rio Grande do Sul	4	2,65%
Santa Catarina	2	1,32%
Total Geral	151	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC

A tabela 12 permite observar o desempenho de acordo com a categoria administrativa da instituição de Ensino.

Tabela 12. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito Preliminar de Curso (CPC) por categoria administrativa.

CPC 2015							
Regiões	2	3	4	5	SC	NI*	Total Geral
Privada com fins lucrativos	8	18	7	1	5	29	68
Privada sem fins lucrativos	6	29	5	1	1	15	57
Publica Estadual		3				2	5
Publica Federal	1	6	10			4	21
Total Geral	15	56	22	2	6	50	151

*NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

A pesquisa também identificou os conceitos dos cursos por meio das avaliações externas promovidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. As tabelas 13 e 14 permitem observar o desempenho dos cursos nas diferentes regiões brasileiras e também por categoria administrativa

Tabela 13. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito de Curso (CC) no ano de 2015 por Região/Unidade da Federação.

Regiões	1	2	3	4	5	SC	Total Geral
Centro Oeste							
Distrito Federal			2	3	2	3	10
Goiás						2	2
Mato Grosso do Sul			1	2		1	4
Não se aplica							
Não se aplica						1	1
Nordeste							
Bahia				1	1	1	3
Ceará						1	1
Paraíba				1		1	2
Pernambuco			1	2	1		4
Rio Grande do Norte				1			1
Sergipe					1		1
Norte							
Amapá				1			1
Amazonas				2			2
Pará					1	1	2
Roraima					1		1
Tocantins						1	1
Sudeste							
Espírito Santo				1			1
Minas Gerais				2	4	4	10
Rio de Janeiro	1		3	3	5	13	25
São Paulo		1	8	14	7	17	47

Sul							
Paraná				4	1	3	8
Rio Grande do Sul			1	6	7	3	17
Santa Catarina				2	1	4	7
Total Geral	1	1	16	45	32	56	151

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Tabela 14. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho registrado no Conceito de Curso (CC) por categoria administrativa.

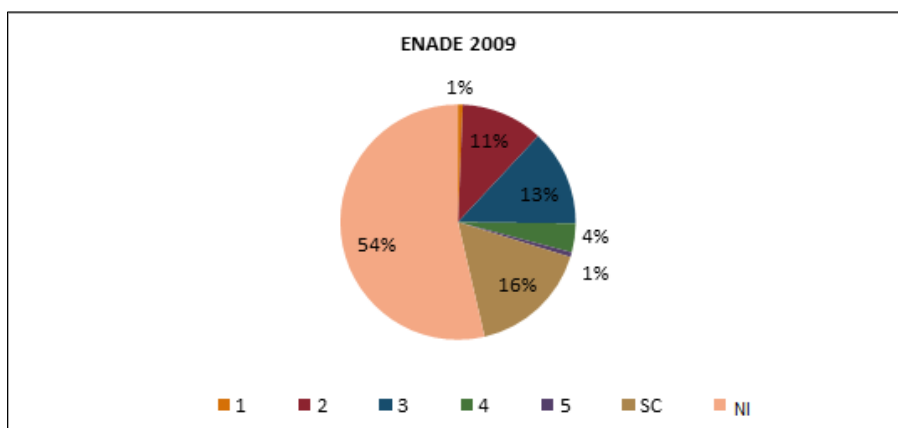
CC 2015							
Organização acadêmica	1	2	3	4	5	SC	Total Geral
Privada com fins lucrativos	1	1	13	17	13	23	68
Privada sem fins lucrativos			3	19	11	24	57
Pública Estadual						5	5
Pública Federal				9	8	4	21
Total Geral	1	1	16	45	32	56	151

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Outro componente do Conceito Preliminar de Curso é o ENADE. Para o curso de Relações Internacionais, as provas foram aplicadas nos anos de 2009, 2012 e 2015. O ENADE de 2009 e 2012 teve como referencial os conteúdos indicados pelas Comissões Assessoras. Esses conteúdos divergem em parte das orientações do documento que estipula os requisitos de qualidade para os cursos de relações internacionais (Portaria 641 de 13 de maio de 1997). No ano de 2015, a Comissão Assessora do ENADE modificou o referencial de conteúdo das provas anteriores por meio da Portaria 242/15.

No ENADE 2009, dos oitenta e um (81) cursos de graduação avaliados apenas um (1) recebeu nota 5. Outras seis (6) instituições receberam o conceito 4, vinte (20) instituições receberam o conceito 3, vinte e quatro (24) instituições receberam notas 2 e 1. Trinta (30) instituições não receberam conceito, a maior parte em razão de estarem sendo avaliadas apenas com estudantes ingressantes.

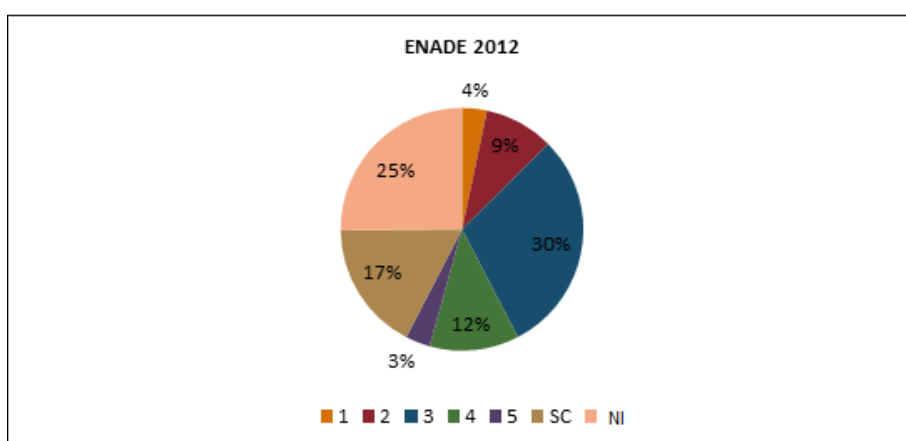
Figura 13. Gráfico da distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE 2009.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Os resultados do ENADE 2012 assinalam uma melhora de desempenho dos cursos. Vale lembrar que os conteúdos do ENADE 2009 passaram também a ser orientadores na elaboração e revisão de Projetos Políticos Pedagógicos, uma vez que, também as avaliações de curso observam como os cursos incorporam em seus projetos os resultados de avaliações externas e internas. Dos setenta e oito (78) cursos de graduação com alunos avaliados, cinco (5) receberam nota 5, dezoito (18) receberam nota 4 e trinta e oito (38) instituições receberam nota 3. Três (3) instituições não obtiveram conceito e quinze (15) tiveram desempenho entre os conceitos 2 e 1.

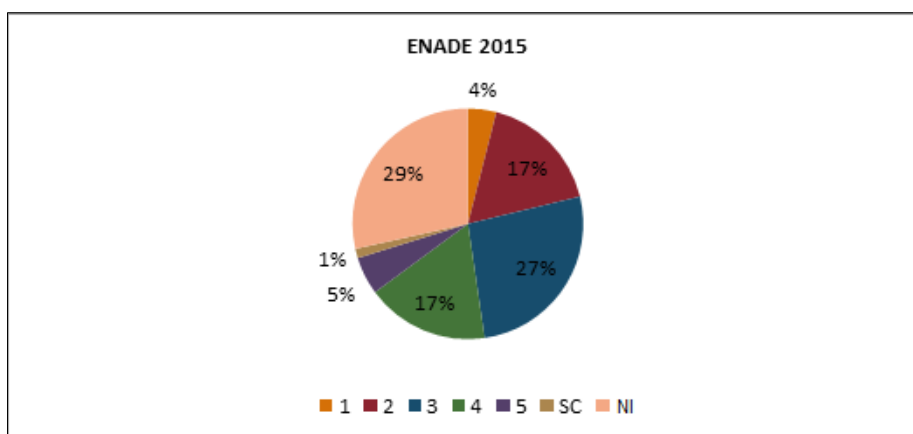
Figura 14. Gráfico da distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE 2012.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Os resultados do ENADE 2015 também apresentaram uma melhora de desempenho dos estudantes com relação à avaliação anterior. Merece atenção que a Comissão Assessora fez adequações com relação aos conteúdos exigidos. Sobre o resultado, oito (8) cursos obtiveram nota 5, vinte e sete (27) cursos alcançaram nota 4, trinta e nove (39) cursos receberam nota 3. Os demais cursos obtiveram desempenho abaixo da média e dois cursos não obtiveram conceito.

Figura 15. Gráfico da distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE 2015.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Os dados sobre as notas dos cursos de Relações Internacionais no ENADE e a crescente melhora de desempenho sugere uma adequação dos cursos aos conteúdos cobrados nas avaliações, o que ressalta a importância da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente em razão de serem parâmetros estabelecidos a partir de um debate democrático promovido pelo Estado.

As tabelas 15 e 16 permitem identificar o desempenho dos cursos por região e categoria administrativa no ENADE realizado em 2015.

Tabela 15. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE de 2015 por Região/Unidade da Federação.

ENADE 2015								
Região/UF	1	2	3	4	5	SC	NI	Total Geral
Centro Oeste	2	4	3	1	1		5	16
Distrito Federal	1	2	2	1	1		3	10
Goiás		1					1	2
Mato Grosso do Sul	1	1	1				1	4
Não se aplica							1	1
Não se aplica							1	1

Nordeste	1	1	4	1	2		3	12
Bahia	1				1		1	3
Ceará							1	1
Paraíba				1	1			2
Pernambuco		1	2				1	4
Rio Grande do Norte			1					1
Sergipe			1					1
Norte		1	3	1			2	7
Amapá				1				1
Amazonas		1	1					2
Pará			1				1	2
Roraima			1					1
Tocantins							1	1
Sudeste	2	15	25	14	3	1	23	83
Espírito Santo				1				1
Minas Gerais		1	1	4			4	10
Rio de Janeiro	1	4	7	3	1	1	8	25
São Paulo	1	10	17	6	2		11	47
Sul	1	5	5	9	2	1	9	32
Paraná	1	2	1			1	3	8
Rio Grande do Sul		2	3	6	2		4	17
Santa Catarina		1	1	3			2	7
Total Geral	6	26	40	26	8	2	43	151

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Tabela 16. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme o desempenho no ENADE de 2015 por Região/Unidade da Federação por categoria administrativa.

ENADE 2015								
Categoria administrativa	1	2	3	4	5	SC	NI	Total Geral
Privada com fins lucrativos	3	16	12	11	1	1	24	68
Privada sem fins lucrativos	2	10	22	7	1	1	14	57
Publica Estadual			2	1			2	5
Publica Federal	1		4	7	6		3	21
Total Geral	6	26	40	26	8	2	43	151

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC

11. Resultado da Análise dos conteúdos contemplados nos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Relações Internacionais e Considerações

A população da pesquisa é composta pelas 151 Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Relações Internacionais (150 na modalidade presencial e 1 à distância). Da população total obteve-se acesso ao Projeto Político

Pedagógico de 111 Instituições de Ensino Superior, conforme o apresentado na seção anterior.

Inicialmente, as matrizes curriculares das instituições que compõem a pesquisa foram analisadas com vistas a identificar a presença dos conteúdos do eixo de formação estruturante do curso de Relações Internacionais, conforme a proposta de resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) descrita na seção 8 deste documento, a saber: Teorias das Relações Internacionais; Ciência Política; Análise da Política Externa; Política Externa Brasileira; História das Relações Internacionais; História das Relações Internacionais do Brasil; Direito Internacional e Instituições Internacionais; Segurança, Defesa e Estudos Estratégicos; Economia Política Internacional e Direito Internacional e Instituições Internacionais.

Registrou-se a oferta dos conteúdos em disciplinas e conjuntos de disciplinas, assim como a carga horária prevista. As figuras 17 a 26 mostram a proporção de cursos que oferecem os conteúdos acima descritos do eixo de formação estruturante em Relações Internacionais.

Figura 16. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos introdutórios do estudo das Relações Internacionais.

Introdução ao Estudo das RI

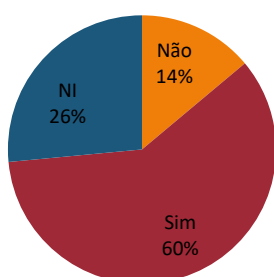


Figura 17. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos das teorias das Relações Internacionais.

Teoria de Relações Internacionais

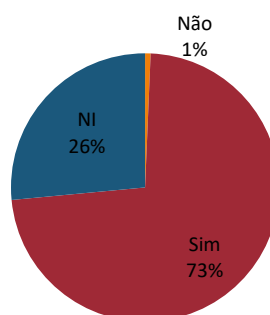


Figura 18. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Segurança e Estratégia.

Segurança e Estratégia

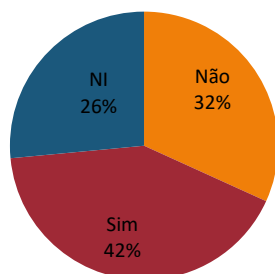


Figura 19. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Ciência Política.

Ciência Política

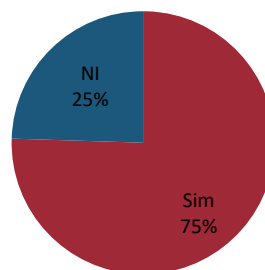


Figura 20. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Análise de Política Externa.

Análise de Política Externa

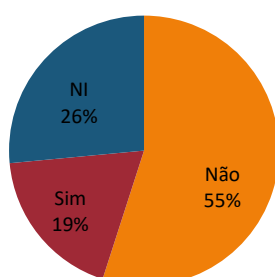


Figura 21. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Política Externa Brasileira.

Política Externa Brasileira

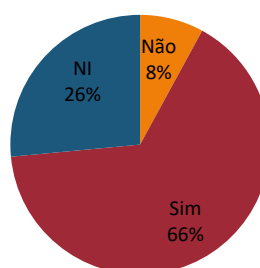


Figura 22. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Economia Política Internacional.

Economia Política Internacional

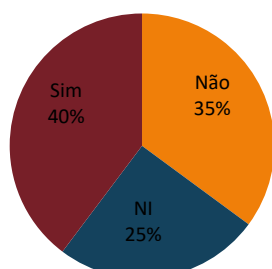


Figura 23. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Instituições Internacionais.

Instituições Internacionais

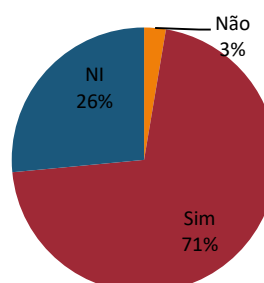


Figura 24. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de História das Relações Internacionais.

História das Relações Internacionais

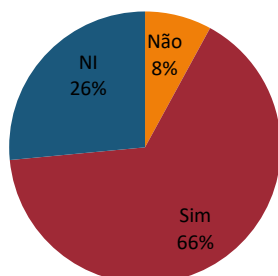
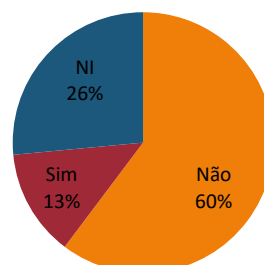


Figura 25. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de História das Relações Internacionais do Brasil.

História das Relações Internacionais do Brasil



NI: Não identificado.

Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Na tabela 17, verifica-se a distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com o percentual da carga horária total (em faixas) dedicado aos conteúdos do eixo estruturante de formação. Com o objetivo de identificar a prática de distribuição de carga horária nos cursos das diferentes regiões do Brasil, desagregamos os dados em regiões e unidades da federação.

Tabela 17. Distribuição dos Cursos de Relações Internacionais de acordo com o percentual da carga horária total dedicada aos conteúdos do eixo estrutural de formação.

Região/UF	10-19%	20-29%	30-39%	30-49%	40-49%	50-59%	NI	Total Geral
Centro Oeste		2	7		4		3	16
DF		1	4		4		1	10
GO			2					2
MS		1	1				2	4
Nordeste	1	2	5		2		2	12
BA		1	1				1	3
CE							1	1
PB					2			2
PE		1	3					4
RN	1							1
SE			1					1
Norte	1	3	1	1			1	7
AM		1		1				2
AP	1							1
PA		1	1					2

RO							1	1
TO		1						1
Sudeste	10	19	23		1	1	29	83
ES			1					1
MG		1	4				5	10
RJ	2	4	7			1	11	25
SP	8	14	11		1		13	47
Sul	3	7	13		4		5	33
PR		2	2		2		2	8
RS	3	3	7		2		2	17
SC		2	4				1	7
NSA (EaD)			1				1	
Total Geral	15	33	50	1	11	1	40	151

NI: Não identificado.

NSA: Não se aplica.

Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

As cargas horárias totais das matrizes curriculares no eixo de formação estrutural foram relacionadas com o tipo de cidade onde o curso é oferecido. A concentração de cursos que oferecem carga horária mais baixa de conteúdos do eixo estruturante está fora das capitais, especialmente se observarmos em termos percentuais por tipo de cidade conforme as tabelas 18 e 19.

Tabela 18. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com o percentual da carga horária total dedicada aos conteúdos do eixo estrutural de formação por tipo de cidade.

Cidades	240-479	480-791	720-959	960-1199	1200-1399	1440-1680	NI	Total Geral
Capital estadual	14,29%	47,62%	51,72%	44,44%	70,59%	0,00%	61,54%	51,66%
Capital Federal	0,00%	4,76%	0,00%	8,33%	17,65%	0,00%	2,56%	5,30%
Cidade Central	42,86%	28,57%	6,90%	8,33%	0,00%	50,00%	2,56%	10,60%
Região metropolitana	14,29%	4,76%	17,24%	19,44%	5,88%	50,00%	7,69%	12,58%
Interior	28,57%	14,29%	20,69%	13,89%	5,88%	0,00%	25,64%	17,88%
Região administrativa	0,00%	0,00%	3,45%	2,78%	0,00%	0,00%	0,00%	1,32%
NSA (EaD)	0,00%	0,00%	0,00%	2,78%	0,00%	0,00%	0,00%	0,66%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

NI: Não identificado.

NSA: Não se aplica.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

A próxima tabela permite visualizar a distribuição de cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho no ENADE 2015 por faixas do percentual da carga horária total dedicadas aos conteúdos do eixo estruturante.

Tabela 19. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais segundo o desempenho no ENADE 2015 por faixas do percentual da carga horária total dedicadas aos conteúdos do eixo estrutural de formação.

ENADE 2015								
Carga horaria (faixa)	1	2	3	4	5	SC	NI	Total Geral
240-479	-	2	3	-	-	-	2	7
480-791	1	5	7	2	1	1	4	21
720-959	2	7	8	8	1	-	3	29
960-1199	-	7	11	7	2	-	9	36
1200-1399	-	1	3	6	3	-	4	17
1440-1680	-	-	1	1	-	-	-	2
NI	3	4	7	2	1	1	21	39
Total Geral	6	26	40	26	8	2	43	151

NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

A pesquisa testou a relação entre a carga horária destinada aos conteúdos do eixo estruturante e o desempenho do curso no ENADE 2015. Da análise verificou-se a correlação positiva entre as variáveis, mas não se observa relação de dependência entre as mesmas.

As tabelas 20 e 21 permitem identificar a diversidade de previsões de faixas de cargas horárias dedicadas aos conteúdos do eixo estruturante de acordo com as organizações e categorias administrativas das instituições de ensino que oferecem o curso de Relações Internacionais.

Tabela 20. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com as faixas de carga horária dedicadas ao eixo estruturante por organização administrativa.

Faixas de carga horária dedicadas ao Eixo Estruturante	Centro Universitário	Faculdade	Universidade	Total Geral
240-479		4	3	7
480-791	4	3	14	21
720-959	7	11	11	29
960-1199	13	7	16	36
1200-1399	2	5	10	17
1440-1680		1	1	2
NI	9	12	18	39
Total Geral	35	43	73	151

NI: Não identificado

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC

Tabela 21. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com as faixas de carga horária dedicadas ao eixo estruturante por categoria administrativa.

Faixas de Carga Horária Eixo Estruturante	Estadual	Federal	Privada	Total Geral
240-479	-	-	7	7
480-791	1	3	17	21
720-959	-	3	26	29
960-1199	1	8	27	36
1200-1399	1	4	12	17
1440-1680	-	1	1	2
NI	2	2	35	39
Total Geral	5	21	125	151

NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento da análise das Ementas das disciplinas do eixo estrutural com vistas a identificar a similaridade das disciplinas vinculadas ao bloco de conteúdos estudados.

No que se refere aos conteúdos do eixo interdisciplinar, os Projetos Pedagógicos analisados apresentam conteúdos da administração e marketing (62,91%); contabilidade (17,22%); matemática e métodos quantitativos (49,67%); economia (73,51%); direito (73,51%); outras disciplinas das ciências sociais (74,17%); ensino e prática de língua estrangeira (64,90%). Dentre as outras ciências sociais, 63,58% oferecem conteúdos de história e geografia e 45,70% conteúdos de antropologia.

A tabela 22 permite identificar as faixas de percentual da carga horária total dedicadas a cada um dos conteúdos do eixo interdisciplinar. Não foram computadas as cargas horárias de conteúdos correlatos, anteriormente contabilizadas nos conteúdos do eixo estruturante.

Tabela 22. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais em faixas de % carga horária de conteúdos do eixo interdisciplinar.

Faixas de % carga horária total - Direito	Contagem	%
0	1	0,66%
1-4%	27	17,88%
5-9%	58	38,41%
10-19%	24	15,89%
20-29%	1	0,66%
30-39%	1	0,66%
NI	39	25,83%
Total (Direito)	151	100,00%

Faixas de % carga horária total - Economia	Contagem	%
0	4	2,68%
1-4%	19	12,75%
5-9%	59	39,60%
10-19%	25	16,78%
20-29%	3	2,01%
30-39%	1	0,67%
NI	38	25,50%
Total Economia	149	100,00%
Faixas de % carga horária total - Administração	Contagem	%
0	17	11,33%
1-4%	20	13,33%
5-9%	43	28,67%
10-19%	22	14,67%
20-29%	4	2,67%
30-39%	5	3,33%
NI	39	26,00%
Total (Administração)	150	100,00%
Faixas de % carga horária total - Contabilidade	Contagem	%
0	85	57,05%
1-4%	23	15,44%
5-9%	2	1,34%
NI	39	26,17%
Total (Contabilidade)	149	100,00%
Faixas de % carga horária total – Matemática	Contagem	%
0	34	22,67%
1-4%	62	41,33%
5-9%	14	9,33%
10-19%	1	0,67%
NI	39	26,00%
Total (Matemática)	150	100,00%
Faixas de % carga horária total – outras Ciências Sociais	Contagem	%
0	2	1,32%
1-4%	12	7,95%
5-9%	42	27,81%
10-19%	48	31,79%
20-29%	6	3,97%
30-39%	-	0,00%
40-49%	1	0,66%
50-69%	0	0
70-80%	1	0,66%
NI	39	25,83%
Total (Ciências Sociais)	151	100,00%

Faixas de % carga horária total – Ensino e Prática de Língua Estrangeira	Contagem	%
0	19	13,77%
1-4%	25	18,11%
5-9%	44	31,88%
10-19%	8	5,80%
20-29%	6	4,35%
NI	36	26,09%
Total (Ensino e Prática de Língua estrangeira)	138	100,00%

NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Foram identificados também os cursos com vertente própria ou linha de formação específica em seus projetos pedagógicos. A identificação de um perfil generalista aparece em 46,36% dos cursos. Os demais cursos apresentam as seguintes vertentes: comércio exterior (5,30%), integração regional (3,31%); relações econômicas internacionais (3,31%); temas de fronteira (2,65%); negócios internacionais (1,99%); agronegócios (1,32%), segurança internacional (1,32%), comércio e negociação internacional (0,66%).

Tabela 23. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais conforme vertente ou linha de formação específica especificada no Projeto Pedagógico.

Rótulos de Linha	Contagem	%
Generalista	70	54,04%
Comércio exterior	8	5,30%
Temas de fronteira	4	2,65%
Integração regional	5	3,31%
Relações econômicas internacionais	5	3,31%
Negócios internacionais	3	1,99%
Agronegócio	2	1,32%
Segurança internacional	2	1,32%
Comércio e negociação internacional	1	0,66%
NI	51	33,77%
Total Geral	151	100,00%

NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Dos cursos de Relações Internacionais cuja vertente é a do agronegócio, um está na capital do Mato Grosso do Sul (Centro Oeste) e o outro está em cidade central de região metropolitana no interior de São Paulo. As duas cidades possuem porto seco.

A concentração de cursos de Relações Internacionais voltados ao comércio exterior está no Sudeste (oito de nove graduações). Os dados da pesquisa indicam 1 curso em região metropolitana do Espírito Santo, 2 cursos na capital do Rio de Janeiro (cidade com porto marítimo e seco); 1 curso em região metropolitana do Rio de Janeiro (cidade com porto marítimo e seco) e 1 curso no interior do Rio de Janeiro. O outro curso que declara vertente em comércio exterior está na capital do Paraná (cidade com porto seco).

Os 5 cursos de Relações Internacionais voltados à integração regional estão: na capital do estado do Amazonas (cidade com porto fluvial e seco); na capital do estado da Paraíba; na capital do Pará (cidade com porto marítimo e seco); na capital do Rio Grande do Sul (cidade com porto fluvial) e interior do Paraná (cidade da zona de fronteira com porto seco).

Os 3 cursos de Relações Internacionais com vertente em negócios internacionais estão, 1 em cidade central de região metropolitana no estado de São Paulo (porto seco), 1 na capital do Rio Grande do Sul (porto fluvial) e 1 em cidade central de região metropolitana em Santa Catarina (porto marítimo e seco).

Os cursos com ênfase nas relações econômicas internacionais estão na capital federal (1 curso), em cidade central de região metropolitana do Estado de São Paulo (1 curso em cidade com porto seco), em região metropolitana no Rio Grande do Sul (1 curso em cidade com porto seco) e no interior do Rio Grande do Sul (2 cursos, sendo 1 em cidade com porto seco).

A segurança internacional é a vocação dos cursos de Relações Internacionais de duas instituições de ensino superior situadas na capital federal. Os temas de fronteira configuram a orientação de 1 curso no interior do Mato Grosso do Sul (cidade com porto seco), 1 curso na capital de Roraima (cidade de zona de fronteira), 1 curso em cidade do interior de Tocantins e 1 curso no interior do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto que a pesquisa buscou identificar foi a menção explícita de conteúdos relacionadas às diretrizes nacionais sobre as Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e

Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena¹⁸. Observamos que a maior parte dos Projetos Político Pedagógicos não incluem nas suas ementas das suas matrizes curriculares os conteúdos referentes aos requisitos legais.

Figura 26. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Direitos Humanos.

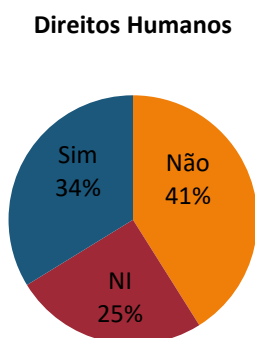


Figura 27. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Educação Ambiental.

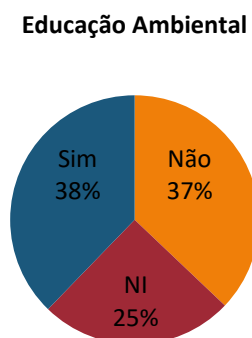
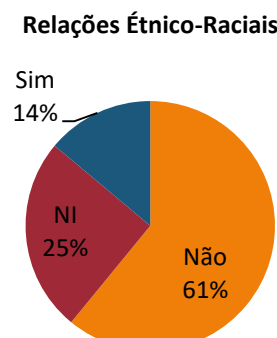


Figura 28. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais.



NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

¹⁸ Arcabouço normativo que estabelece as diretrizes e os requisitos legais para o ensino superior: Lei Federal 8.069/1990 de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente; Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 que traçam as diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena;- Artigo 68 da Constituição Federal (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) na garantia das educação escolar quilombola;- Artigo 210 da Constituição Federal e Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998; Parecer n.º 14 e Resolução nº03 de 1999 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena;- Artigo 225, inciso VI da Constituição Federal de 1998 e Lei n 9.975 de 1999 regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 2002 sobre políticas de educação ambiental;- Resolução nº 01 de 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Parecer CNE/CEB nº36 de 2001 e Lei 9.224 de 1996 que institui o FUNDEF e artigo nº 28 da LDBEN; Resolução CNE/CEB nº2/2011 que dispõe sobre a educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; Plano Nacional de Política para as Mulheres de 2005 e de 2008, Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção de Cidadania Homossexual de 2004, Parâmetros Curriculares Nacionais – Tema Transversal – Orientação Sexual; Artigo 208 da Constituição Federal e Decreto n.º 3.298/1999 que define a educação especial como modalidade transversal e a todos os níveis, etapas e modalidades, Decreto n.º 3.956/2001 que promulga a Convenção da Guatemala sobre pessoas com deficiência, Documento do Ministério Público Federal publicado em 2004 sobre “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”; Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Decreto 6.571/2008 que define o financiamento do atendimento educacional especializado no âmbito do FUNDEF; Resolução CNE/CEB nº 04/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica; Plano Nacional de Educação de 2001 e de 2010; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n.º 9.394/1996); Programa Nacional de Direitos Humanos I, II e III (1996, 2002 e 2010); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2003 , revisto em 2006 com a incorporação de aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Verifica-se também que a maior parte dos cursos estudados (71%) prevê a obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso na modalidade de monografia. Vale lembrar que a pesquisa não conseguiu acesso aos projetos pedagógicos de 25% das Instituições que oferecem o curso de Relações Internacionais. Em 68% dos cursos há previsão de conteúdos de metodologia científica. As figuras 30 e 31 permitem visualizar a distribuição dos cursos.

Figura 29. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que consideram o Trabalho de Conclusão de Curso obrigatório.

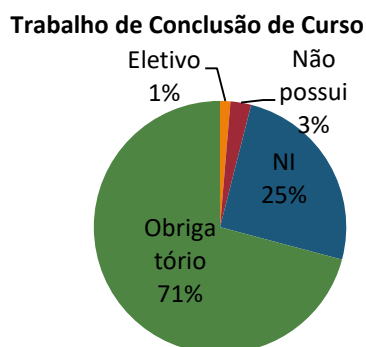
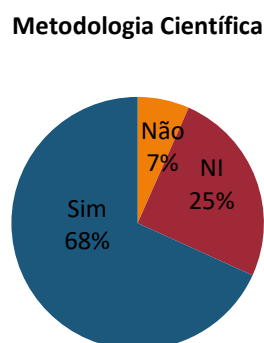


Figura 30. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos da Metodologia Científica.



NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

No que se refere aos conteúdos vinculados à prática profissional, vale destacar a previsão, ainda na minoria dos cursos de Relações Internacionais, de carga horária específica para o exercício da integração da teoria e a prática em laboratórios. Os dados da pesquisa permitem constatar que 16% dos cursos preveem carga horária específica para Atividades Laboratoriais no Curso de Relações Internacionais. Outra novidade é a incorporação de disciplinas que articulam teoria e prática em conteúdos de projetos de cooperação técnica.

Figura 31. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem Atividades Laboratoriais.

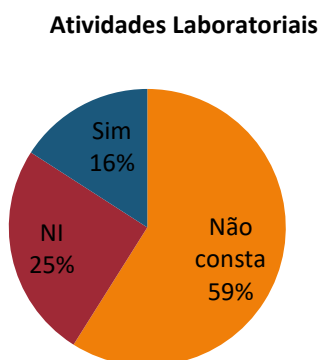
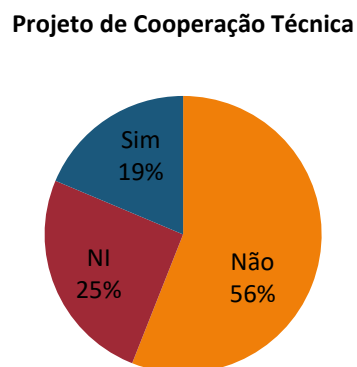


Figura 32. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que oferecem conteúdos referentes a Projetos de Cooperação Técnica.



NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

A inovação no tratamento interdisciplinar e transversal dos conteúdos por meio de metodologias ativas – que colocam o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem e que permitem articular teoria e prática – tem figurado nos debates acadêmicos da área.

Exemplo disso foi a criação, em 2015, da área temática de ensino e pesquisa em Relações Internacionais na Associação Brasileira de Relações Internacionais. Já no encontro daquele ano, trabalhos trataram especificamente de experiências em sala de aula ou fora dela de articulação entre a teoria e da prática. Antes disso o 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política também recebeu comunicações sobre boas práticas de ensino no campo das Relações Internacionais¹⁹ (Lima, 2015; Silva, 2015; Ramanzini, Maia A. Ferreira e Guimarães, 2015; Vasconcelos NETO, 2015; Arienti, 2014; Zanella, 2014; Gama, 2014; Rocha, 2014; Ramanzini e Maia, 2014; Franco, 2014).

Outro espaço privilegiado de articulação da teoria e da prática é o estágio supervisionado. A pesquisa revelou que 32% dos cursos preveem a obrigatoriedade do estágio supervisionado e 29% regulamenta a atividade como eletiva.

¹⁹ No ano de 2016 foi aberta uma chamada de artigos para comporem o Dossiê Especial sobre Desafios e Caminhos no Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais no Brasil da organizado por Haroldo Ramanzini Júnior e Thiago Lima para o Meridiano 47 – Journal of Global Studies. Antes disso, no ano de 2011, a edição de abertura da Revista Moções da Universidade Federal de Dourados foi dedicada ao tema do Ensino e Agendas das Relações Internacionais.

Figura 33. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que possuem previsão para Atividades de Estágio.



NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Uma das dificuldades da obrigatoriedade do estágio supervisionado é o da garantia de espaços para a realização do mesmo por meio de convênios entre as Instituições de Ensino e organizações públicas e privadas que oferecem vagas para profissionais com o perfil do egresso dos cursos de Relações Internacionais. Por essa razão os quadros abaixo permite identificar nas regiões, estados e tipos de cidades brasileiras a previsão curricular dessa atividade.

Tabela 24. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais de acordo com a previsão do estágio supervisionado nos projetos pedagógicos por Região/Unidade da Federação.

Regiões/UF	Eletivo	Obrigatório	Não possui	NI	Total Geral
Centro Oeste	8	5		3	16
DF	5	4		1	10
GO	2				2
MS	1	1		2	4
Nordeste	1	6	3	2	12
BA		1	1	1	3
CE				1	1
PB	1	1			2
PE		3	1		4
RN		1			1
SE			1		1
Norte	1	4	1	1	7
AM		1	1		2
AP		1			1
PA	1	1			2
RO				1	1

TO		1			1
Sudeste	22	23	10	28	83
ES	1				1
MG	4		1	5	10
RJ	3	7	4	11	25
SP	14	16	5	12	47
Sul	12	10	7	4	33
PR	4		2	2	8
RS	3	8	5	1	17
SC	4	2		1	7
Não se aplica (EaD)	1				1
Total Geral	44	48	21	38	151

NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

Os tipos de cidade que abrigam a maior quantidade de cursos que preveem a obrigatoriedade do estágio são as capitais estaduais (45, 83% das 48 Instituições de ensino) e as regiões metropolitanas (27,8%). No interior o percentual é de 10, 42%. Brasília e a região administrativa representam 8,34% dos cursos.

Dentre os cursos que preveem a atividade como eletiva (44), a maior parte também se encontra nas capitais (45,45%) e nas regiões metropolitanas (29,55%). 11,36% estão na capital federal e 11,36% em cidades do interior.

Também identificamos que dentre os cursos que preveem o estágio como obrigatório (48 cursos), 82,24% são de Instituição de Ensino privadas. Dos cursos que estabelecem a atividade como eletiva (44 cursos), 50% são de instituições privadas e 50% de instituições públicas federais. O curso na modalidade à distância regulamenta o estágio como optativo.

As propostas de atividades complementares e de extensão também se beneficiam do compartilhamento de experiências e boas práticas previstas formalmente nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação ou de iniciativa individual de docentes em suas disciplinas ou núcleos de pesquisa e extensão.

As atividades complementares e de extensão fazem parte da formação integral do estudante. A distribuição dos cursos de graduação segundo a oferta de atividades laboratoriais e de extensão pode ser observada nas figuras 35 e 36.

Figura 34. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que preveem Atividades Laboratoriais.

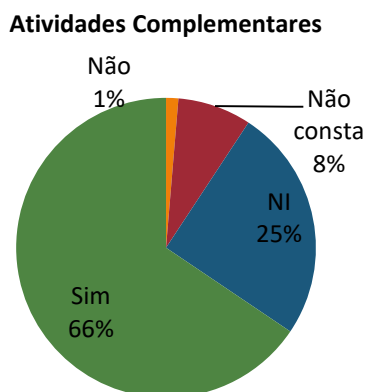
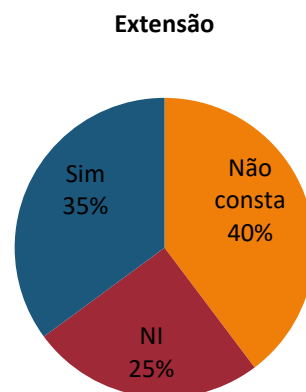


Figura 35. Gráfico da distribuição de cursos de Relações Internacionais que preveem atividades de Extensão.



NI: Não identificado.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema EMEC.

De forma geral, os quatro eixos de formação devem estar articulados e permitirem uma aprendizagem que atenda de forma pluridimensional aos pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser²⁰.

A flexibilidade da carga horária para as atividades complementares é uma das características que devem ser observadas nos Projetos Político Pedagógicos, segundo o Parecer CNE/CES nº 492/2001²¹. Os componentes previstos nesse eixo de formação podem ser desenvolvidos dentro ou fora do ambiente escolar. Juntamente com o estágio a carga horária prevista não pode exceder a 20% do total de carga horária dos cursos, exceto em casos de determinação legal em contrário.

Um aspecto que merece atenção é que, com exceção dos cursos que preveem carga horária e planejamento específico para as Atividades de Extensão (35% da população da pesquisa), os Projetos Político Pedagógicos inserem essas atividades no regulamento das Atividades Complementares²².

²⁰ Para Delors, aprender a conhecer consiste em “adquirir os instrumentos da compreensão”, o aprender a fazer permite ao sujeito agir sobre o meio envolvente, o aprender a viver juntos tem a finalidade de formar o jovem e o adulto para participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas, já o aprender a ser é a via essencial que integra as três anteriores. (Delors, 1998)

²¹ Os atos normativos que instituem as atividades complementares são: o Parecer nº 67 do CNE/CES, estabelece um referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e a Resolução CNE/CES nº 2/2007, dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

²² A extensão é o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a universidade e outros setores da sociedade, mediada por alunos da graduação e orientada

No entanto, o Plano Nacional de Extensão (2011-2015) estipulou em sua décima meta, a necessidade de assegurar que até 2015 os cursos de graduação do país incorporassem em seus projetos pedagógicos o desenvolvimento, pela extensão dos aspectos formativos: conhecimento da realidade nacional, pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, senso de solidariedade e justiça social.

O mesmo documento estabeleceu que as atividades de extensão devem compor ao menos 10% da carga horária total do curso como forma de, segundo a meta de número1:

(1) estimular o reconhecimento da extensão em sua dimensão pedagógica e como elemento de construção do conhecimento no âmbito dos fóruns competentes;(2) fomentar a criação de componentes curriculares em ações de extensão integradas aos currículos das formações em nível de graduação;(3)reconhecer horas de integralização curricular pela atuação em projetos e programas de extensão; (4) promover o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de forma a assegurar a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes; (5) criar mecanismos para o reconhecimento dos espaços de extensão na condução de pesquisas.(PNE, 2011-2015)

Essa previsão aponta para a necessidade dos cursos planejarem em seus Projetos Pedagógicos formas de garantia da participação de todos os estudantes em atividades extensionistas que promovam a interação das Instituições de Ensino com outros setores da sociedade mediados pelos estudantes e orientados por professores dentro do princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Outro aspecto que merece atenção na leitura dos Projetos Político Pedagógicos é a falta de clareza com relação à avaliação do curso e dos processos de ensino e aprendizagem. Com relação ao primeiro, percebe-se que poucas graduações são dotadas de um instrumento avaliativo para o curso. As instituições de ensino, ao relatarem sobre a política de avaliação do curso ou ressaltam o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (sem, contudo, apresentar como os resultados são utilizados para a gestão do curso) ou simplesmente indicam que o curso é acompanhado pelo colegiado de curso. Poucas instituições ressaltam o papel do Núcleo Docente Estruturante nesse processo. No que se refere ao processo de avaliação do ensino e aprendizagem, não é

por professores, dentro do princípio a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Necessariamente, depende da troca de saberes entre a Universidade e a comunidade.

apresentada a concepção de avaliação, mas a forma de mensurar o desempenho dos alunos.

Embora muitos cursos já contemplem em seus projetos pedagógicos disciplinas que atendem os conteúdos estruturais do campo de estudos de Relações Internacionais, em uma análise preliminar, verificamos que muitas ementas aparecem desconexas com a proposta apresentada. Outro aspecto que é possível observar em muitos dos documentos é a desvinculação dos conteúdos propostos com as competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos.

12. Considerações a título de conclusão

O crescimento do curso de Relações Internacionais no Brasil tem sido acompanhado de um debate importante sobre a consolidação do campo de estudos no país. Nesse sentido, a análise das informações sobre o crescimento vertiginoso da oferta de cursos de graduação a partir da década de 1990; a característica organizacional e administrativa das instituições que ofertam os cursos; o tímido aumento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais no atendimento à demanda de docentes na área; os dados sobre o desempenho dos cursos no Sistema de Avaliação do Ensino Superior; a distribuição geográfica dos cursos e especialmente, sobre o desenho dos cursos (com diversidade no tratamento dos conteúdos estruturais, cargas-horárias, atendimento às políticas educacionais), tudo isso revela a relevância da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Relações Internacionais.

A necessidade de consolidar o perfil do curso de relações internacionais está também atrelada à preocupação com o atendimento e respeito às especificidades locais, bem como a inserção profissional dos egressos. No estudo dos Projetos Político Pedagógico observa-se uma diversidade de propostas que de um lado representa diferentes enfoques na formação profissional, mas em alguns casos afasta a proposta da identidade do curso que vem sendo solidificada à mais de quatro décadas no Brasil.

13. Referências

ARIENTI, P.F.F. Uma reflexão sobre a prática das Simulações no ensino das Relações Internacionais: um estudo sobre a Simulação para o Ensino Médio In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

BRIGAGÃO, C. **Relações Internacionais no Brasil**: instituições, programas, cursos e redes. Rio de Janeiro: Gramma, 2004. CERVO, Amado Luiz. A historiografia brasileira das Relações Internacionais. **Revista Interamericana de Bibliografia**, v. 42, n. 3, p. 393-409, 1992.

CARLSNAES, W. et al. (Ed.). **Handbook of international relations**. Sage, 2002. DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: DELORS J. (Coord.) Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortezo. 1998, p. 89-102.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Relatório referente ao Processo 23001.000080/2013-11 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais. Brasília, 06 de julho de 2017.

FERREIRA, M. A. S. V. The rise of International Relations Programs in the Brazilian Federal Universities: curriculum specificities and current challenges. **Journal of Political Science Education**. 2015.

FRANCO, G. C. Debate-RI: Teorias de Relações Internacionais aplicadas à realidade. “Diretos Humanos no Curso de Relações Internacionais: mas pra quê?” In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

GAMA, R.V.P. S. De volta para o futuro: estudo e aprendizado da PEB via modelagem e simulação histórica — notas e contribuições de uma simulação da Liga das Nações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

GEOCAPES. Disponível em <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>. Acesso em 11 de abril de 2017.

GOMES, P. G. A modelagem e Simulação no Ensino de Relações Internacionais na PUC Minas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

FRANCO, G. C. Debate-RI: Teorias de Relações Internacionais aplicadas à realidade. “Diretos Humanos no Curso de Relações Internacionais: mas pra quê?” In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

GONÇALVES, W.. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002. HERZ, M.. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p.7-40, jan./jun. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior em 2015. Brasília: INEP, 2016. Acesso em 10 de abril de 2017.

JULIÃO, T. S. **ENADE 2009 e a avaliação da área de Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/12/02/enade-2009-e-a-avaliacao-da-area-de-relacoes-internacionais-por-tais-sandrim-juliao/>>. Acesso em 05 abr. 2011.

LESSA, A. C.. O ensino das Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

LIMA, T. Ensino, pesquisa e extensão no curso de graduação em Relações Internacionais da UFPB In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5. , 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ABRI, 2015.

MARTINS, C. B.. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MIYAMOTO, S.. O ensino das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.12, p. 83-98, jun. 1999.

MIYAMOTO, S.. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 20, p. 103-114, jun. 2003.

RAMANZINI, I. G.G e MAIA A. FERREIRA. “Diretos Humanos no Curso de Relações Internacionais: mas pra quê?” In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

RAMANZINI, I. G.G., MAIA A. FERREIRA, M.; GUIMARÃES, I. R. O contexto local de ensino importa - até mesmo para as Relações Internacionais? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5. , 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ABRI, 2015.

ROCHA, R.M.A. Simulações como instrumento pedagógico em RI: aplicação de exercício transdisciplinar em Análise de Processo Decisório e Geopolítica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

SILVA, J.C.J. As possibilidades das pedagogias ativas para os cursos de Relações Internacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5. , 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ABRI, 2015.

SATO, E.. Os desafios para a formação profissional no ensino de Relações Internacionais. In: Encontro de Estudantes e Graduados em Relações Internacionais do CONESUL, 5., 1999. Brasília.

SEGENREICH, S. C. D.; CASTANHEIRA, A. M.. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 62, p. 55-86, 2009.

SILVA, J.C.J. As possibilidades das pedagogias ativas para os cursos de Relações Internacionais. Anais do 5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais no ano de 2015.

VASCONCELOS NETO, D. V. Aspectos Pedagógicos e Boas Práticas do Concurso Nacional Sistemas Interamericano e Internacional de Direitos Humanos (CNSIDH) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5. , 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ABRI, 2015.

VENTURA, D.F. L; DEL TEDESCO LINS, M. A. Educação superior e complexidade: integração entre disciplinas no campo das relações internacionais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 151, p. 104-131, 2014.

VIZENTINI, P.F.. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**, p. 17-32, 2005.

ZANELLA, C. Z.. Os filmes no ensino das Relações Internacionais – a experiência brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10. , 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, ABCP, 2014.

ANEXOS:

Tabela 25. Distribuição dos Projetos Políticos Pedagógicos por Região/Estado/Status da Instituição e Conteúdos do eixo de formação estruturante

Região	Estado	Status da Instituição	Teoria das RI	Introdução ao Estudo das RI	Ciência Política	Política Externa Brasileira	Análise de Política Externa	História das RI e RI do Brasil	Econ. Pol. Internacional	Instituições Internacionais	Segurança e Estudos Estratégicos	Metodologia Científica
Norte	AM	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Norte	AM	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Norte	AP	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Norte	PA	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Norte	PA	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Norte	RO	Federal	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Norte	TO	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Nordeste	BA	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Nordeste	BA	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Nordeste	BA	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Nordeste	CE	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Nordeste	PB	Estadual	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nordeste	PB	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Nordeste	PE	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nordeste	PE	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nordeste	PE	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Nordeste	PE	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Sudeste	ES	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Estadual	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Estadual	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Estadual	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Federal	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Federal	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Sudeste	SP	Privada	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	PR	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	PR	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	PR	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	PR	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	PR	Privada	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	PR	Privada	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Sul	RS	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sul	RS	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

Sul	RS	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	RS	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Sul	RS	Federal	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sul	SC	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	SC	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	SC	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	SC	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	SC	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	SC	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	SC	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	Não se aplica (EaD)	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Tabela 26. Distribuição dos Projetos Políticos Pedagógicos por Região/Estado/Status da Instituição e Conteúdos do eixo interdisciplinar

Região	Estado	Status da Instituição	Direito	Economia	Ciências sociais	Antropologia	Geografia/História	Administração e marketing	Contabilidade	Matemática
Norte	AM	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Norte	AM	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Norte	AP	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Norte	PA	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Norte	PA	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Norte	RO	Federal	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Norte	TO	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Nordeste	BA	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI

Centro Oeste	GO	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Centro Oeste	GO	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Centro Oeste	MS	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Centro Oeste	MS	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Centro Oeste	MS	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Centro Oeste	MS	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	ES	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Privada	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	MG	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	MG	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI

Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Sudeste	RJ	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Sudeste	RJ	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Sudeste	RJ	Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Sudeste	RJ	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Estadual	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	RJ	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI

Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Federal	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sudeste	SP	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sul	PR	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	PR	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sul	PR	Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Sul	PR	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	RS	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Sul	RS	Privada	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Sul	RS	Privada	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI

Tabela 27. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais por Região/Estado/Cidade/Característica da Cidade/Zona de Fronteira/Cidade Litorânea/Capital e Vocação declarada nos projetos pedagógicos

Região	Estado	Cidade	Característica da cidade	Zona de Fronteira	Porto	Cidade litorânea	Capital	Indica vocação específica
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	Segurança internacional
Centro Oeste	Distrito Federal	Taguatinga	Região Administrativa	Não	Não	Não	Não	Generalista
Centro Oeste	Distrito Federal	Taguatinga	Região Administrativa	Não	Não	Não	Não	NI
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	Segurança internacional
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	Relações econômicas Internacionais
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	NI
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital Federal	Não	Não	Não	Sim	NI
Centro Oeste	Goiás	Goiânia	Capital	Não	Não	Não	Sim	NI
Centro Oeste	Goiás	Goiânia	Capital	Não	Não	Não	Sim	NI
Centro Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Capital	Não	seco	Não	Sim	Agronegócio
Centro Oeste	Mato Grosso do Sul	Dourados	Interior	Sim	seco	Não	Sim	Temas de Fronteira
Centro Oeste	Mato Grosso do Sul	Dourados	Interior	Sim	seco	Não	Sim	Generalista
Centro Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Não se aplica	Não se aplica	402polos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Generalista
Nordeste	Bahia	Salvador	Capital	Não	seco	Sim	Sim	NI
Nordeste	Bahia	Salvador	Capital	Não	seco	Sim	Sim	Generalista

Nordeste	Bahia	Salvador	Capital	Não	seco	Sim	Sim	NI
Nordeste	Ceará	Fortaleza	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Nordeste	Paraíba	João Pessoa	Capital	Não	Não	Sim	Sim	Integração regional
Nordeste	Paraíba	João Pessoa	Capital	Não	Não	Sim	Sim	Generalista
Nordeste	Pernambuco	Recife	Capital	Não	marítimo e seco	Sim	Sim	Generalista
Nordeste	Pernambuco	Recife	Capital	Não	marítimo e seco	Sim	Sim	Generalista
Nordeste	Pernambuco	Caruaru	Interior	Não	Não	Não	Não	Generalista
Nordeste	Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	Região Metropolitana	Não	Não	Sim	Não	NI
Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Generalista
Nordeste	Sergipe	São Cristóvão	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	Generalista
Norte	Amapá	Macapá	Capital	Não	Não	Sim	Sim	Generalista
Norte	Amazonas	Manaus	Capital	Não	fluvial e seco	Não	Sim	Integração regional
Norte	Amazonas	Manaus	Capital	Não	fluvial e seco	Não	Sim	Generalista
Norte	Pará	Belém	Capital	Não	marítimo e seco	Não	Sim	Integração regional
Norte	Pará	Ananindeua	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	NI
Norte	Roraima	Boa Vista	Capital	Sim	Não	Não	Sim	Temas de Fronteira
Norte	Tocantins	Porto Nacional	Interior	Não	Não	Não	Não	Temas de Fronteira
Sudeste	Espírito Santo	Vila Velha	Região Metropolitana	Não	Não	Sim	Não	Comércio exterior
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	Não	Não	Não	Sim	Generalista

Sudeste	Minas Gerais	Uberlândia	Interior	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Sudeste	Minas Gerais	Uberlândia	Interior	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	Não	Não	Não	Sim	Generalista
Sudeste	Minas Gerais	Poços de Caldas	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	Minas Gerais	Montes Claros	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	Não	Não	Não	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Comércio exterior
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Generalista
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Comércio exterior
Sudeste	Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	Interior	Não	Não	Sim	Não	Comércio exterior
Sudeste	Rio de Janeiro	Niterói	Região Metropolitana	Não	marítimo	Sim	Não	Comércio exterior
Sudeste	Rio de Janeiro	Niterói	Região Metropolitana	Não	marítimo	Sim	Não	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Generalista
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Niterói	Região Metropolitana	Não	marítimo	Sim	Não	Comércio exterior
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Petropolis	Interior	Não	Não	Não	Não	Generalista
Sudeste	Rio de Janeiro	Seropédica	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	Generalista
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI

Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Generalista
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Niterói	Região Metropolitana	Não	marítimo	Sim	Não	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	Generalista
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Santos	Cidade Central	Não	marítimo e seco	Sim	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Ribeirão Preto	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Integração regional
Sudeste	São Paulo	Franca	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Campinas	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Relações econômicas Internacionais
Sudeste	São Paulo	Marília	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Santo André	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	NI

Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Campinas	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Guarujá	Região Metropolitana	Não	Não	Sim	Não	Comércio exterior
Sudeste	São Paulo	Ribeirão Preto	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Comércio exterior
Sudeste	São Paulo	Campinas	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Sorocaba	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Bauru	Interior	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Piracicaba	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Agronegócio
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Santos	Cidade Central	Não	marítimo e seco	Sim	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sudeste	São Paulo	Bauru	Interior	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Osasco	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Santos	Cidade Central	Não	marítimo e seco	Sim	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Mogi das Cruzes	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	Piracicaba	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	Negócios internacionais
Sudeste	São Paulo	São José dos Campos	Interior	Não	Não	Não	Não	Generalista
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	Sorocaba	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	NI
Sudeste	São Paulo	Cotia	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	Generalista

Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sudeste	São Paulo	Itú	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	São Paulo	Campinas	Cidade Central	Não	seco	Não	Não	NI
Sudeste	São Paulo	Mogi das Cruzes	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	São Paulo	São Bernardo do Campo	Região Metropolitana	Não	Não	Não	Não	NI
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	Não	marítimo	Sim	Sim	NI
Sul	Paraná	Curitiba	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sul	Paraná	Curitiba	Capital	Não	seco	Não	Sim	Comércio e negociação internacional
Sul	Paraná	Guarapuava	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sul	Paraná	Foz do Iguaçu	Interior	Sim	seco	Não	Não	Generalista
Sul	Paraná	Curitiba	Capital	Não	seco	Não	Sim	Generalista
Sul	Paraná	Foz do Iguaçu	Interior	Sim	seco	Não	Não	Integração regional
Sul	Paraná	Curitiba	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sul	Paraná	Curitiba	Capital	Não	seco	Não	Sim	NI
Sul	Rio Grande do Sul	Canoas	Interior	Não	seco	Não	Não	Relações econômicas internacionais
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Capital	Não	fluvial	Não	Sim	generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Região Metropolitana	Não	seco	Não	Não	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Região Metropolitana	Não	seco	Não	Não	Relações econômicas internacionais
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Capital	Não	fluvial	Não	Sim	Negócios internacionais
Sul	Rio Grande do Sul	Lajeado	Interior	Não	Não	Não	Não	Generalista

Sul	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	Interior	Não	Não	Não	Não	NI
Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	Interior	Não	Não	Não	Não	Relações econômicas internacionais
Sul	Rio Grande do Sul	Santa Maria	Interior	Não	Não	Não	Não	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Santana do Livramento	Interior	Sim	Não	Não	Não	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Pelotas	Interior	Não	Não	Não	Não	Temas de fronteira
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Capital	Não	fluvial	Não	Sim	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Bagé	Interior	Sim	Não	Não	Não	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Capital	Não	fluvial	Não	Sim	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Capital	Não	fluvial	Não	Sim	NI
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Capital	Não	fluvial	Não	Sim	Generalista
Sul	Rio Grande do Sul	Santa Vitória do Palmar	Interior	Sim	Não	Sim	Não	NI
Sul	Santa Catarina	Tubarão	Cidade Central	Não	marítimo	Não	Não	Negócios internacionais
Sul	Santa Catarina	Florianópolis	Capital	Não	Não	Sim	Sim	NI
Sul	Santa Catarina	Florianópolis	Capital	Não	Não	Sim	Sim	NI
Sul	Santa Catarina	Balneário Camboriú	Região Metropolitana	Não	Não	Sim	Não	Generalista
Sul	Santa Catarina	Itajaí	Cidade Central	Não	marítimo e seco	Sim	Não	Generalista
Sul	Santa Catarina	Florianópolis	Capital	Não	Não	Sim	Sim	Generalista
Sul	Santa Catarina	Chapecó	Cidade Central	Sim	Não	Não	Não	Generalista